

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Curso de Licenciatura em História



Trabalho de Conclusão de Curso

**Que haja luz: as mudanças no pensar o Ensino de História Antiga como
instrumento de pesquisa a partir da primeira versão da BNCC**

Jéssica Renata Santos Silva

Pelotas, 2021

Jéssica Renata Santos Silva

Que haja luz: as mudanças no pensar o Ensino de História Antiga como instrumento de pesquisa a partir da primeira versão da BNCC

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Profa. Dra. Carolina Kesser Barcellos Dias

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S586q Silva, Jéssica Renata Santos

Que haja luz : as mudanças no pensar o ensino de história antiga como instrumento de pesquisa a partir da primeira versão da BNCC / Jéssica Renata Santos Silva ; Carolina Kesser Barcellos Dias, orientadora. — Pelotas, 2021.

55 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Ensino de história antiga. 2. História antiga. 3. BNCC história. I. Dias, Carolina Kesser Barcellos, orient. II. Título.

CDD : 930

Jéssica Renata Santos Silva

Que haja luz: as mudanças no pensar o Ensino de História Antiga como instrumento de pesquisa a partir da primeira versão da BNCC

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do grau de Licenciatura em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa:

Banca Examinadora:

Profa. Dra Carolina Kesser Barcellos Dias (orientadora)
Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP).

Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos.
Doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Para todos que vieram antes de mim,
Para os que vieram junto,
E aos que virão depois.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus ancestrais por lutarem muito para que eu tivesse a oportunidade de estar conquistando esse diploma. Agradeço aos Orixás e todas as entidades que me guiam e me protegem todos os dias.

A minha orientadora Professora Carolina Kesser Barcellos Dias, meu muito obrigada por todas as sessões de terapia/ orientações e reuniões. Sou muito grata e orgulhosa por fazer parte dos seus beibes, obrigada por tudo que fez e faz por mim. A minha família, minha mãe Eliane, por nunca me deixar desistir, aos meus irmãos Rafael e Daniel, minha Tia Clarice e minha Prima Eduarda, eu agradeço por acreditarem mesmo quando eu não acreditava mais. Agradeço em especial, minha vó Nomélia, que mesmo não estando mais presente permanece me apoiando.

Agradeço a mais aleatória e amada família que a UFPel me deu, o clube das Winx. Edward, Lin, Tatiana, Franc, Beatriz, Alesi, Lucas, Cássio, Mirian, Janaína e Marcia. Vocês foram o meu acalento diário, obrigada por me ajudarem a chegar aqui. Agradeço a minha segunda casa a família do Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga – LECA e a todos os irmãos que ganhei, Milena Ogwa, Caroline Armesto, Enzo (Gabriel) Xavier. Nossos cafés com fofoca salvam minha semana, sempre.

Agradeço aos professores que fizeram me apaixonar constantemente pelo curso. Professor Fábio, obrigada por me apresentar a História Antiga e o Leca; Professor Jonas, sem palavras pela didática; Sana, tu é incrível demais, obrigada por elevar a minha paixão pela docência. Natália, levo das nossas aulas a maior das amizades, obrigada por existir.

Um agradecimento especial ao Mariano, que sustentou todos os dias minhas crises de ansiedade, me apresentou as segundas de RPG e ainda formatou todo esse TCC, sem palavras por você existir.

*"No mundo ninja, quem quebra as regras é lixo, é verdade,
mas quem abandona seus amigos é pior que lixo."*

MASASHI KISHIMOTO

RESUMO

SILVA, Jéssica Renata Santos. **Que haja luz: as mudanças no pensar o Ensino de História Antiga como instrumento de pesquisa a partir da primeira versão da BNCC**. Orientador: Carolina Kesser Barcellos Dias. 2021. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

Na segunda metade do ano de 2015 foi divulgada para consulta a primeira versão da Base Nacional Curricular Comum – BNCC, essa por sua vez, gerou inúmeras discussões nas diversas áreas de conhecimento, incluindo a disciplina de História, pois a proposta elaborada não contemplava conteúdos importantes para a construção do conhecimento dos estudantes da rede básica, nesse caso, a História Antiga e Medieval. O presente Trabalho de Conclusão de Curso se propõe a compreender os motivos que levaram à exclusão dos conteúdos de História Antiga da versão preliminar, conhecida como primeira versão da Base Nacional Curricular Comum, lançada para consulta no dia 21 de setembro de 2015, bem como as motivações e transformações que essa versão gerou no campo das pesquisas em História Antiga. Para tal, pretendemos realizar a partir de um levantamento de produções didáticas em dois recortes temporais, o primeiro de 2008 a 2015, objetivando perceber se as produções acadêmicas da área de Antiguidade nesse período, buscavam abordar o Ensino de História Antiga, e a partir desse, discutir a exclusão na BNCC. O segundo recorte é de 2015 a 2021, período em que pretendemos identificar as transformações que a primeira versão da BNCC gerou nos trabalhos acadêmicos da área, bem como os novos olhares para o ensino de História Antiga.

Palavras-chave: Ensino de História Antiga. História Antiga. BNCC História.

ABSTRACT

SILVA, Jéssica Renata Santos. **Let there be light: the changes on thinking Teaching of Ancient History as research tool from the first version of the BNCC.** Advisor: Carolina Kesser Barcellos Dias. 2021. 55 f. Undergraduate Thesis (Degree in History) – Human Sciences Institute, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2021.

In the second half of the year 2015, the first version of the Base Nacional Comum Curricular (Common National Curriculum Base) - BNCC was released for consultation, which in turn generated numerous discussions in the different areas of knowledge, including the discipline of History, as the elaborated proposal did not contemplate important content for the construction of knowledge of students in the basic network, in this case, Ancient and Medieval History. This Course Conclusion Work aims to understand the reasons that led to the exclusion of Ancient History contents from the preliminary version, known as the first version of the Common National Curriculum Base, released for consultation on September 21, 2015, as well as the motivations and transformations that this version generated in the field of research on Ancient History. For such, we intend to carry out a survey of didactic productions in two time periods, the first from 2008 to 2015, aiming to understand whether academic productions in the area of Antiquity in this period sought to address the Teaching of Ancient History, and from that, discuss the exclusion in the BNCC. The second cut is from 2015 to 2021, a period in which we intend to identify the transformations that the first version of the BNCC generated in academic works in the area, as well as new perspectives on the teaching of Ancient History.

Keywords: Teaching of Ancient History. Ancient History. BNCC History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Gráfico de produções de ensino de história antiga de 2008 a 2015 .	27
Figura 2	Gráfico de produções de ensino de história antiga de 2015 a 2021 .	34
Figura 3	Gráfico de revistas especializadas em História Antiga 2008-2021 . .	36

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O ENSINO DE HISTÓRIA COMO ÁREA DE PESQUISA	15
2.1	O Ensino de História no Brasil	15
2.2	A pesquisa no Ensino de História	19
3	A PESQUISA CIENTÍFICA E O ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA	23
3.1	A Pesquisa vs o Ensino	23
3.2	O Ensino de História Antiga antes da BNCC	25
4	REIVINDICAÇÃO DE UMA EXISTÊNCIA	29
4.1	As primeiras versões da BNCC e a exclusão da História Antiga	29
4.2	A luta pelo reconhecimento	33
4.3	A valorização do ensino como campo de pesquisa	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	40
	APÊNDICE A BANCO DE DADOS	44

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas nos campos de conhecimentos Históricos eram voltadas exclusivamente para a pesquisa científica. Aryana Lima Costa e Margarida Maria Dias de Oliveira (2007) nos dizem que, as pesquisas voltadas para o ensino de História até o final dos anos 70 e início dos anos 80, são tratadas como pesquisas realizadas por motivações pessoais, e não como uma motivação científica. Entretanto, é durante o processo de redemocratização do Brasil pós Ditadura civil militar, que surge uma grande necessidade de analisar o campo da História, bem como suas abordagens na escola o que ocasiona um novo olhar para as pesquisas científicas no campo de ensino. É a partir desse processo de reconhecimento e organização que o Ensino de História ganha gradativamente espaço nas pesquisas no Brasil, tendo sua presença cada vez mais necessária em todas as áreas de pesquisas em História.

Na segunda metade do ano de 2015 foi divulgada para consulta a primeira versão da Base Nacional Curricular Comum – BNCC, que, por sua vez, gerou inúmeras discussões nas diversas áreas de conhecimento, incluindo a disciplina de História. A proposta elaborada não contemplava conteúdos importantes para a construção do conhecimento dos estudantes da rede básica, nesse caso, a História Antiga e Medieval.

A primeira e segunda versão da BNCC (2015 - 2016) nos demonstram que as pesquisas de ensino de História Antiga ainda são excluídas das discussões curriculares, seja por falta de pesquisas voltadas para o Ensino de História Antiga ou por falta de produções voltadas para o ensino de História. Com a redemocratização do Brasil e a reformulação dos currículos escolares, a Antiguidade passa a carregar o estigma de conteúdos irrelevantes para o Ensino de História. O Ensino de História Antiga no Brasil ainda é reproduzido como a História do continente europeu, essa concepção é refletida na construção dos livros didáticos, que não estabelecem diálogos com as novas pesquisas realizadas no campo da História Antiga, apenas perpetuam uma história reconstruída no passado.

A partir da divulgação da primeira versão da BNCC História (2015), foi notada a ausência da História Antiga e Medieval na proposta de currículo escolar, tendo provocado diversas manifestações de repúdio dos pesquisadores das áreas. Por meio das disputas que permearam a ausência dos conteúdos da Antiguidade, procuraremos in-

investigar quais foram as razões e justificativas que os idealizadores da primeira versão da BNCC, utilizaram para excluir a História Antiga dos currículos escolares, bem como as transformações que geraram na área de História Antiga e nas pesquisas de Ensino de História. Por meio de artigos, teses, livros e materiais que abordassem a temática de Ensino de História Antiga, tal como as motivações que geraram a ausência dos conteúdos de História Antiga na BNCC. Através do levantamento feito nos sites *Google*; *Google Acadêmico*; *Academia. edu*, bancos de dados e repositórios de Teses e Dissertações da Capes e revistas especializadas em História Antiga e Ensino de História, utilizando palavras-chave “Ensino de História Antiga”; “Didática de História Antiga”; “Material didático de ensino de História Antiga”; “História Antiga e a BNCC”, elencamos as produções didáticas que foram organizadas em dois recortes temporais: obras de 2008 a 2015, e obras de 2015 a 2021.

Com o primeiro recorte, de 2008 a 2015, procuramos observar se as produções acadêmicas da área da Antiguidade buscavam abordar o Ensino de História Antiga e, a partir daí, discutir a ausência na BNCC. A partir do segundo recorte, de 2015 a 2021, pretendemos identificar as transformações que a primeira versão da BNCC gerou nos trabalhos acadêmicos da área, bem como os novos olhares para o ensino de História Antiga.

Inicialmente, organizamos esse levantamento em duas tabelas, uma com as produções sobre o Ensino de História Antiga antes e depois da BNCC (2008 – 2021), e a segunda para as produções didáticas dos conteúdos específicos de Antiguidade (Ensino da Mesopotâmia, Ensino do Egito Antigo, Ensino da Grécia Antiga e Ensino da Roma Antiga). Entretanto, essa divisão não contemplaria os objetivos de investigar os motivos que levaram à exclusão, e não fazia transparecer as transformações que ocorreram na área de História Antiga, e nas pesquisas de Ensino de História. Reorganizando os levantamentos, estabelecemos quatro tabelas em um banco de dados no programa *Excel*, que podem ser encontradas no Apêndice A: a primeira, para as produções bibliográficas voltadas para a área de Ensino de História Antiga antes da primeira versão da BNCC (2008 - 2015); a segunda, para as produções que vieram depois da primeira versão da BNCC (2015 – 2021); a terceira, demonstrando o número de produções de Ensino de História Antiga em revistas especializadas em Ensino de História (2008-2021); e a quarta tabela, para as produções que discutem o Ensino de História Antiga nas revistas especializadas em História Antiga e Estudos Clássicos (2008-2021). Nas tabelas, apresentamos as produções acadêmicas segundo os critérios: autoria; formação acadêmica; título do trabalho; resumo, palavras-chave, ano de publicação; local de publicação. Para os trabalhos publicados em revistas, apresentamos os resultados segundo os critérios: revista; edição; total de artigos; número de artigos referentes ao Ensino de História Antiga.

Nossa pesquisa se estrutura em três partes: o primeiro capítulo é intitulado *O*

Ensino de História como área de pesquisa, e nele será apresentada uma breve introdução da evolução das pesquisas no campo de Ensino de História, objetivando problematizar os seguintes temas, de acordo com as discussões de: Zelia de Almeida Cardoso (2014), que aborda a construção e o percurso dos Estudos Clássicos no Brasil; de Elza Nadai (1993), que traça a trajetória da História Antiga como disciplina no Brasil; de Ernesta Zamboni (2001), que apresenta concomitantemente a instauração da disciplina de História e o surgimento e a construção do campo de Pesquisa em Ensino de História; e de Letícia Mistura e Flávia Eloisa Caimi (2020), que fazem uma reflexão sobre a trajetória e o legado das Pesquisas em Ensino de História no Brasil. As autoras discutem a trajetória do Ensino de História na academia, bem como essas pesquisas se desenvolvem nas áreas específicas da História.

No segundo capítulo, intitulado *A pesquisa científica e o Ensino de História Antiga*, apresentaremos o nosso levantamento de dados dos anos de 2008 a 2015, observando as perspectivas para Ensino de História Antiga a partir de Dominique Santos, Grazielle Kolv e Juliano João Nazário (2017), que apresentam um levantamento consistente de professores de História Antiga e Estudos Clássicos realizado na plataforma Lattes.

O terceiro e último capítulo, é intitulado *Reivindicação de uma existência*. Nele analisaremos a primeira versão da Base Nacional Curricular Comum, divulgada para consulta popular em setembro de 2015, e a sua segunda versão, divulgada no mês de maio de 2016. Procuraremos discutir as justificativas e contradições das escolhas utilizadas em sua organização, com base nos textos de Marcos Garcia Neira; Wilson Alvariano Júnior; Déberson Ferreira de Almeida (2016). A partir de nosso levantamento das produções acadêmicas dos anos de 2008 a 2015, procuraremos compreender as disputas, sejam elas narrativas ou ideológicas em relação à primeira e segunda versões do documento. Para a História Antiga, como parte curricular da disciplina de História, buscaremos problematizar as produções levantadas por meio de Guilherme Gomes Moerbeck (2021).

2 O ENSINO DE HISTÓRIA COMO ÁREA DE PESQUISA

2.1 O Ensino de História no Brasil

A História da Educação e a História da Antiguidade Clássica no Brasil se mesclam, pois as duas se iniciam a partir da chegada dos padres jesuítas em 1549, que “ tinha como encargo de catequizar os índios e organizar a educação na Província” (CARDOSO, 2014, p. 18). Ao se estabelecerem nas terras provinciais, os jesuítas passaram a ensinar além de ler, escrever e contar, o Latim e a Língua Portuguesa, o que fez com que a influência dos clássicos da antiguidade se tornasse parte importante na construção do conhecimento e da educação no Brasil nesse período. A presença desses missionários no território brasileiro e na educação, proporcionou a construção de diversas instituições educacionais espalhadas pelas províncias, sendo elas referências de ensino. A educação era centrada nos Estudos Clássicos, que eram utilizados para o controle social e como justificativa dos domínios da colônia. Entretanto, com a expulsão dos jesuítas em 1759, o sistema educacional estabelecido, o qual era duramente criticado taxado de “uniforme, dogmático, abstrato, autoritário, excessivamente literário e retórico” (CARDOSO, 2014, p. 23), necessitava ser substituído por um modelo que buscasse discutir e enfatizar as disciplinas chamadas de modernas e científicas. Mesmo com a expulsão dos jesuítas, a presença dos Estudos Clássicos no Brasil permaneceu com grande influência em instituições literárias e de ensino, como nos apresenta CARDOSO (2014):

Não se pode dizer, portanto, que nas quatro últimas décadas do século XVIII, os estudos clássicos tenham sido relegados ao esquecimento. As “aulas régias” os mantiveram, de alguma forma, e as academias literárias, que começaram a funcionar antes mesmo da expulsão dos jesuítas, e das quais participaram intelectuais de formação humanística, foram responsáveis por uma significativa produção literária, em grande parte escrita em latim, que mostrava o conhecimento dos clássicos revelado pelos escritores a elas filiados. (CARDOSO, 2014, p. 24)

Com a formação dos estados nacionais no final do século XVIII, se fez necessário revisitar o passado. Essa fundamentação buscava encontrar nos clássicos, Grécia e Roma, a legitimação de uma História, e é através dessas discussões e sobre a influência do pensamento liberal francês, que se constitui a disciplina de História no Brasil. Como disciplina escolar, a História surge em meio às discussões sociais sobre

a laicização da História universal. Elza Nadai, em seu texto *O Ensino de História no Brasil: Trajetória e perspectiva*, apresenta que esse processo buscava utilizar o espaço escolar como campo fundamental na disputa pela separação dos poderes religiosos do político e da educação. Em 1837 é fundado na cidade do Rio de Janeiro o Colégio Imperial Pedro II, sua fundação marca, pela primeira vez na História brasileira, a presença dos estudos históricos nos currículos escolares, tendo seu estudo centrado nas traduções de compêndios franceses.

Assim, a história inicialmente estudada no País foi a História da Europa Ocidental, apresentada como a verdadeira História da Civilização. A História pátria surgiu como apêndice, sem um corpo autônomo e ocupando papel extremamente secundário. Relegando aos anos finais do ginásio, com número ínfimo de aulas, sem uma estrutura própria, consistia em um repositório de biografias de homens ilustres, de datas e batalhas. (NADAI, 1993)

A disciplina escolar de História passa a ser um elemento importante na formação dos cidadãos brasileiros. É a partir do ensino de História nas escolas secundárias que se procurará construir uma identidade para a nação. A construção das ideias nacionais parte da proposta de unir todos os povos que compõem o Brasil, unificando em uma identidade e História nacional comum. Essa fantasia de um país sem problemas sociais e respeitoso com sua diversidade étnica é reverberada por séculos. Nadai (1993), expõe as abstrações retratadas corriqueiramente em nossa linguagem, como:

[...] “Nação marcada pela unidade (do território, do Estado, etc.) ao contrário da fragmentação (da América Espanhola), constituída por um povo solidário e amante da paz e, por isso, abençoada pelo Senhor”; “Deus é brasileiro”; “povo pacífico e ordeiro, amante do samba e de mulatas” – e têm servido, também, para demarcar algumas das diferenças em relação à população, ao Estado e à História de outros países latino-americanos. (NADAI, 1993, p. 7)

Na década de 30, o movimento de defesa pela educação para a formação do cidadão cresce, tendo diversas bandeiras levantadas nessa luta. Para Maria Auxiliadora Schmidt, no texto *História do Ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização*, a luta pela educação brasileira se estruturava em um tripé de reivindicações necessárias para a construção de um ensino formador de futuros cidadãos do país, sendo eles: a difusão da escola, neste caso a consolidação da escola pública; a formação profissional de professores; e renovação pedagógica.

Este tripé, difusão da escola, formação de professores e renovação pedagógica, em função das demandas nacionais, embasa e estimula a produção e difusão de elementos constitutivos de uma cultura escolar, como os manuais didáticos para alunos e manuais de didática da História destinados à formação renovada de professores. Essas publi-

cações destinadas a professores consolidar-se-ão como documentos importantes para orientação das práticas pedagógicas escolares, de modo geral, e de História, em particular. (SCHMIDT, 2012, p. 79)

A revolução da década de 30 e a ascensão de Getúlio Vargas ao governo do país, transformou a sociedade e a política. No que diz respeito ao campo da educação, a Reforma Francisco Campos de 1931, buscou desenvolver as instruções metodológicas para as disciplinas escolares, isto é, perdia-se a autonomia dos professores sobre sua didática e materiais. Na proposta da reforma, a História tornou-se um “fator de coesão nacional” (ABUD, 1993), auxiliando na formação dos estudantes para a cidadania.

Após 11 anos da reforma Francisco Campos, surge a Lei Orgânica do Ensino Secundário em 1942, conhecida como reforma Gustavo Capenema. Essa, teve como propostas principais a defesa da autonomia didática dos professores e a divisão das disciplinas a partir das unidades didáticas. Ao que tange a disciplina de História, buscou-se enfatizar a centralidade nos seus conteúdos específicos. Schmidt (2012) nos diz que:

Esta centralidade nos conteúdo específicos da História também foi incorporada pela portaria n. 1.045, de 1951, da reforma da Escola Secundária brasileira, cujos princípios básicos para o ensino de História eram a valorização dos fatos do presente e deles partir para o passado; desenvolver um ensino intuitivo e crítico; focalizar os indivíduos como expressões do meio social e, principalmente, desenvolver os processos de fixação, investigação, raciocinativos, ilustrativos e outros, abrangendo esquemas, formas de representação, literatura, exame, discussão, e também onde os julgamentos de valores eram recomendados. (SCHMIDT, 2012, p. 81)

A disciplina de História, ao longo da ditadura militar no Brasil em 1964, foi utilizada como forma de controle ideológico. Nesse período, o ensino de História que engatinhava para uma renovação em suas abordagens na sala de aula retrocede. Entretanto, o campo da pesquisa em História se renovaria para o “emprego da dialética marxista com métodos e abordagem e com a incorporação de temas de pesquisa abrangentes e direcionadas para o social” (NADAI, 1993, p. 157).

Definitivamente o conceito de História alarga-se para incorporar temas e assuntos antes não valorizados e considerados menores. A própria historiografia brasileira passou por uma releitura: buscou-se a identidade nas diferenças- de espaço, de formação, de organização, de história, de lutas e de resistências. [...] Esta vasta produção, contudo, ficou em grande parte restrita às academias, não atingindo o grande público consumidor. Seja pela situação de ditadura, seja pelo controle asfixiante da censura. (NADAI, 1993, p. 157)

Apesar dos avanços nas pesquisas Históricas, a disciplina de História sofreu grandes ataques ao longo da ditadura brasileira. É durante o governo do General Emilio Garratuzu Médici, em 1971, que a disciplina de História perde seu status de disciplina autônoma e se unifica com a Geografia, nos chamados Estudos Sociais. Obrigatoriamente os Estudos Sociais “poderiam ser tratados como Atividades (1a a 4a séries sob o nome de Integração Social); Áreas de Estudo (5a a 8a séries, sob o nome de Estudos Sociais) e Disciplina (somente no 2o Grau).” (SCHMIDT, 2012, p. 85).

A obrigatoriedade do ensino de Estudos Sociais percorreria todo o período entre 1964 e 1984, momento em que os professores e profissionais da História foram objetos de perseguições e censuras. A imposição dos Estudos Sociais foi acompanhada de um grande movimento de resistência e luta pela volta do ensino de História nas escolas brasileiras, configurando um novo momento na construção do código disciplinar da História. (SCHMIDT, 2012, p. 86)

Ao fim da ditadura militar, se fez necessário readequar os currículos escolares. Abre-se aqui um período de disputa entre as propostas que “caracterizam-se por natureza inovadora e progressista, outras pelo tom repetitivo e conservador.” (NADAI, 1993, p. 158). A reconstrução do código disciplinar da História perpassa pela Construção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1998, que busca uma nova concepção de ensino e aprendizagem. No campo da História, as disputas pela produção dos Parâmetros da disciplina entraram em debate.

Um dos pontos a serem destacados neste documento é a crítica que faz quanto às contradições entre os discursos predominantes nessas propostas, o qual considera bastante genérico e incapaz de auxiliar quanto às opções que devem ser feitas em relação a enfoques teóricos divergentes em determinado campo de conhecimento. Ademais, considera que o posicionamento das reformas em favor das classes populares não é suficiente pois não supre as deficiências do processo de reelaboração didática exigido pela transposição didática das respectivas disciplinas acadêmicas em saber escolar pois, na perspectiva dessa análise, trata-se de um discurso com clara conotação política que tem demonstrado contudo, no mais das vezes, frágil intersecção com as proposições dos especialistas que efetivamente tem conferido a tônica ao currículo. (SCHMIDT, 2012, p. 89)

O currículo escolar é um campo de constantes disputas, dificilmente será encontrado um consenso sobre ele, ao que tange o currículo de História, essas disputas se acirram mais ainda, suas narrativas e suas escolhas de abordagens temáticas sempre estarão em zonas de conflito, o Ensino de História Antiga aqui, passa a ser um elemento de grande tensão nessas disputas. Guarinello (2013), nos diz que, o currículo de História, conseqüentemente o de História Antiga, passaram décadas sem nenhuma grande modificação, assim os conteúdos e o Ensino de História Antiga, continuaram

relacionados a legitimação da herança ocidental a partir do ensino da História clássica. Durante o processo de redemocratização, surgem diversas reivindicações no campo do Ensino de História, entra em discussão os debates curriculares, estes imersos nas propostas da nova História, questionam a permanência e a replicação dos conteúdos denominados tradicionais, encaixam-se aqui, a História Antiga e Medieval.

Após a Segunda Guerra Mundial, os conflitos sociais passam a ocupar um lugar de destaque no texto didático e durante os anos 1990, as propostas curriculares de ensino de História, presentes nos PCN's, retomam a preocupação com a cidadania, mas sob a perspectiva da heterogeneidade, encontrando-se diretamente associada à consolidação da democracia, com novas dimensões, englobando direitos sociais e os direitos humanos. Assim, o ensino de História assume uma importância fundamental na construção da cidadania ao estimular no aluno (CARVALHO, 2020, p. 18)

O Ensino de História Antiga passa a ser questionado, visto que, por conta da construção de seus conteúdos, não conversa com a nova visão do Ensino de História proposto. A partir da construção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em 1998, os conteúdos referentes a Antiguidade passam a ser reduzidos e lecionados como uma História dependente da História europeia, mesmo com as intensas transformações nas perspectivas históricas que o fim do século XX proporcionou, o campo e ensino da História Antiga passou a ser considerada uma História deslocada do Brasil, não sendo relevante para o ensino e as pesquisas no país. O Ensino de História é um espaço que enfrenta suscetíveis intervenções e modificações, ora utilizado como instrumento ideológico, ora como instrumento emancipatório. Mesmo com os constantes ataques, no passado e no presente, o ensino de História e o Ensino de História Antiga permanece lutando pela sua presença e o reconhecimento de sua importância na formação dos estudantes no Brasil.

2.2 A pesquisa no Ensino de História

Por muito tempo, as pesquisas de Ensino de História foram vistas longe das pesquisas científicas por elas permearem em um campo de constantes tensões “como ensino *versus* pesquisa, teoria *versus* prática, licenciatura *versus* bacharelado” (MISTURA; CAIMI, 2020, p. 93). O Ensino de História será entendido “até a década de 1960, como uma área de formação, não como objeto de pesquisa” (COSTA; OLIVEIRA, 2007, p. 147). Esses conflitos gerados pela dificuldade dos demais historiadores de perceber o potencial nas pesquisas de ensino só mudaram com a chegada da década de 1970. Para os Historiadores, a produção de conhecimentos históricos se restringia apenas aos espaços de pesquisa e não das salas de aula.

Era dos historiadores o dever de prover conhecimento histórico, que assim ficaria à disposição dos professores de História, em dois processos higienicamente distintos. Essa organização do trabalho histórico soa familiar, já que não apenas foi geradora de muitas das dicotomias entre os espaços legítimos ou designados de produção de conhecimento histórico, mas porque recentemente tem-se como consenso que o conhecimento produzido por alunos e professores, em ambientes formais de ensino, e por tantos outros indivíduos e situações, em ambientes não-formais, também diz respeito ao conhecimento histórico, digno é possível de ser estudado como tal. (MISTURA; CAIMI, 2020, p. 93)

A trajetória da pesquisa no Ensino de História no Brasil, centra-se em dois importantes marcos: a fundação do Colégio Pedro II em 1837 e a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB em 1838. O IHGB fundamenta-se em uma instituição acadêmica, que tinha como base as ideias iluministas. Entretanto, foi braço direito do Império na formação e constituição da nacionalidade brasileira. Foi através do IHGB que “produziram-se as primeiras e icônicas narrativas da história do Brasil, que iriam informar décadas de fundamentos, currículos e práticas de ensino da história” (MISTURA; CAIMI, 2020, p. 97).

As relações da história ensinada com a historiografia eram inauguradas com um peculiar fenômeno: os estudantes aprenderiam e os professores ensinariam por meio de manuais escolares e outros materiais franceses, traduzidos para a língua portuguesa ou, em sua ausência, originais. A presença exemplar francesa — que criou o IHGB à imagem do Instituto Histórico de Paris, fundado quatro anos antes (1834) — na construção do universo intelectual brasileiro foi uma das tônicas de ambos os marcos. (MISTURA; CAIMI, 2020, p. 97)

Com o início da República, as narrativas abordadas no ensino de História precisavam ser modificadas, “impulsiona-se uma representação histórica republicana, dando espaço a uma galeria de heróis, postos ou construídos, que alcançam e ultrapassam a escola como espaço de difusão” (MISTURA; CAIMI, 2020, p. 98). A partir das décadas de 1930, com o governo provisório de Getúlio Vargas, a reforma Francisco Campos ocasiona diversos ajustes curriculares, visando a utilização do ensino de História na formação de um projeto para a nação.

[...] todos os “projetos de nação” aportam na História, e numa história específica, de veiculação escolar, o meio de instrução para a formação do corpo nacional desejado — tanto para uma elite, que deve assumir seu papel eventual como diretora da pátria quanto, ao longo do tempo, para a população em geral. (MISTURA; CAIMI, p. 100)

As primeiras produções científicas voltadas especificamente para o ensino de História, surgiram no início do século XX, através dos manuais de práticas de ensino direcionados aos professores. Essas produções voltavam-se apenas para as ques-

tões de aplicação dos conteúdos, sem nenhuma reflexão sobre a prática. Mas foi nas décadas de 1960 e 1970, que a reflexão sobre as experiências docentes e escolares surgiu.

Nas décadas de 1960 e 1970, entretanto, a produção dedicada a este fim encontrou expressividade em um gênero estreito de reflexão, os chamados “relatos de experiência”, que veiculavam narrativas de caráter biográfico, individual e experimental, deslocadas da tônica de criticidade e reflexividade que caracteriza a abordagem das práticas de ensino como objeto. (MISTURA; CAIMI, p.102)

Com o processo de Redemocratização do país na década de 1980, Ernesta Zamboni em seu texto *Panorama das Pesquisas no Ensino de História*, nos diz que é a partir dos paradigmas historiográficos propostos por Marc Bloch, e as reflexões da História Nova, que começam a surgir novas temáticas de pesquisas. Essas, passam a ser estudadas através de novas concepções e propostas metodológicas, algumas buscando compreender o ensino como um campo especial de pesquisa. As pesquisas sobre o Ensino de História emergem em meio a efervescência de mudanças, tanto políticas quanto acadêmicas, que ocorrem nos anos 80 e 90 no Brasil. É a partir dessas transformações que se estabelece a construção e fortificação do campo de pesquisa em Ensino de História.

Durante aquelas décadas acontecem as primeiras edições dos eventos científicos mais importantes dessa comunidade de pesquisadores, o Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Ensino de História; a Associação Nacional de História (ANPUH) passa a admitir como sócios professores de outros níveis de ensino, que não apenas do ensino superior; e o principal periódico da mesma Associação, a Revista Brasileira de História, passa a ter um espaço destinado a publicações sobre o Ensino de História. (MISTURA; CAIMI, p.102)

O campo de Ensino de História abrange pesquisas de diferentes abordagens metodológicas. Grande parte das produções buscam conversar com o conhecimento histórico e o conhecimento histórico escolar. Mesmo no final do século XX e início do século XXI, ainda eram presentes certas tensões entre esses dois conhecimentos. Por outro lado, os pesquisadores da área de ensino de História buscam em suas pesquisas diminuir a distância entre a escola/ensino e a academia, apresentando em suas produções a relevância e a importância das pesquisas e da própria área para a História. Zamboni (2000/2001) nos diz que, a partir do III Encontro de Pesquisadores do Ensino de História, que ocorreu em 1997, pode se listar, a partir dos trabalhos apresentados, nove linhas de pesquisa na área de ensino de História. Elas abrangem: a formação do professor de História; a produção do conhecimento; identidades culturais e memória local; o currículo; história do Ensino de História e da América;

linguagens e ensino de História e novas tecnologias; produção historiográfica e livro didático; memória e ensino de História; e o uso escolar de fontes históricas.

O século XXI traz ao campo de Ensino de História novas perspectivas e novas pesquisas. Mistura e Caimi (2020), apresentam que o surgimento, mesmo que com pouca expressão, de grupos de pesquisas e linhas de pesquisas direcionadas a área, fortalecem o campo, o que dá espaço a novas pesquisas e a criação de uma “linha de força”, a Didática da História. É a partir do surgimento da pesquisa da Didática da História, que as produções, grupos de estudos e linhas de pesquisas dedicadas ao Ensino de História, que antes se encontravam vinculadas a área de Educação, passam a serem encontradas vinculadas à área da História.

É deste ambiente de proposições que tem derivado a maior parte dos estudos sobre Ensino de História no Brasil: de um ambiente multifacetado, permeado por relações complexas, por tensões entre a história como conhecimento produzido do passado, como valorização patriótica-moral, como instrumento de fazer-sentido cotidiano entre o passado, o presente e um futuro, de uma situação curricular fragilmente apoiada em soluções localizadas, sem o suporte de um currículo mínimo de referência – ou, a despeito da existência de um currículo prescrito, de práticas arraigadas em um núcleo duro, difícil de se transpor. Quem se atreve a preocupar-se com o ensino e a aprendizagem desse multifacetado objeto de saber enfrenta, mais do que entraves epistemológicos, verdadeiras disputas de espaço entre todas as representações de história e memória que povoam a cultura histórica, provenientes das mais diversas fontes (MISTURA; CAIMI, p.111)

Mesmo sendo um campo novo, frente às suas grandes áreas, o Ensino de História vem para aproximar a escola das pesquisas históricas, demonstrando que é possível produzir grandes pesquisas a partir do conhecimento histórico e escolar.

3 A PESQUISA CIENTÍFICA E O ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA

3.1 A Pesquisa vs o Ensino

A formação da História como disciplina escolar está atrelada a interesses políticos e ideológicos desde sua criação no Brasil. Sua utilização é de suma importância na construção da identidade e História nacional, Ana Tereza Marques Gonçalves e Gilvan Ventura da Silva no texto “O ensino de História Antiga nos livros didáticos brasileiros: balanços e perspectivas” (2008), expõem que o uso da História nas salas de aula tem o intuito de formar a consciência e deveres dos futuros cidadãos para a sociedade brasileira. A História Antiga como componente curricular do Ensino de História tem carregado o estigma de uma História eurocêntrica e elitista por conta da sua trajetória no Brasil.

Os conhecimentos conectados à tradição clássica constituíam um ideal de erudição e cultura enormemente valorizados nos países que perseguiram uma concepção de civilização advinda da Europa, como o próprio Brasil do início do século XIX. Esta erudição ligada à tradição clássica permeava grande parte dos campos do conhecimento, como a filosofia, a retórica, o estudo das línguas antigas (grego e latim, principalmente), aritmética, a história, dentre outros. Esta valorização da herança cultural da Antiguidade nos diversos campos do conhecimento tem um reflexo direto na instrução pública, que deveria difundir o ideal de civilização através do ensino. (PENNA, 2008, p. 67)

O Colégio Pedro II fundado em 1837, em um primeiro momento, teve o papel fundamental na propagação da Antiguidade como uma História elitizada, erudita e eurocêntrica. Gonçalves e Silva (2008), nos dizem que os conteúdos de História Antiga dispostos nos livros didáticos, contribuem muito para a perpetuação dessas ideias.

Em todo caso, o importante é observar o quanto a História Antiga ensinada nos níveis Fundamental e Médio é dependente da história europeia. Na realidade, é forçoso admitir que o ensino de História Antiga no Brasil, tal como transmitido pela imensa maioria dos livros didáticos comercializados por todo o País, é tributário ainda, em larga medida, de uma concepção de história eurocêntrica. (GONÇALVES, SILVA, 2008, p. 26)

Será a partir das concepções e estereótipos formados e propagados ao longo dos séculos, sobre a “utilidade” dos conteúdos de História Antiga na sala de aula que, será sustentada a exclusão da Antiguidade nos currículos escolares na primeira versão da Base Nacional Curricular Comum - BNCC em 2015.

Buscando compreender os motivos que levaram o apagamento dos conteúdos da Antiguidade nos currículos escolares em 2015, realizamos um levantamento de produções bibliográficas que se voltam para o ensino de História Antiga no Brasil. Para isso, foram necessários dois recortes temporais, objetivando abarcar o período que antecede a primeira versão da BNCC, divulgada em setembro de 2015, e outro que sucede essa versão. O primeiro recorte é estabelecido a partir das produções voltadas para o Ensino de História Antiga nos anos de 2008 a 2015, objetivando perceber o número de trabalhos que discutem essa temática na área de História Antiga. O segundo recorte é direcionado as produções de Ensino de História Antiga a partir da segunda metade de 2015, pós publicação do período de consulta da primeira versão da BNCC, até 2021. Esse recorte, tem o intuito de identificar as transformações que a primeira versão da BNCC gerou nos trabalhos acadêmicos da área de Antiga, bem como os novos olhares para o Ensino de História Antiga no Brasil.

Para a realização do levantamento, pesquisamos em páginas de *sites* como *Google*; *Google Acadêmico*; *Academia.edu*; e em revistas especializadas em História Antiga e Ensino de História; bancos de dados e repositórios de Teses e Dissertações da Capes utilizando as seguintes palavras-chave: Ensino de História Antiga; Didática de História Antiga; Material didático de ensino de História Antiga; História Antiga e a BNCC.

A organização do levantamento partia, em um primeiro momento, da criação de duas tabelas no programa *Excel*, a primeira tabela organizaria as produções direcionadas ao Ensino de História Antiga de 2008 a 2021, já a segunda tabela, se direcionaria para as produções didáticas dos conteúdos de História Antiga nos currículos escolares (Ensino da Mesopotâmia, Ensino do Egito Antigo, Ensino da Grécia Antiga e Ensino da Roma Antiga, etc). Conforme a pesquisa avançou, se percebeu que o formato idealizado precisava ser modificado, pois levou-se em conta a escassez de materiais produzidos para os conteúdos escolares. Foram poucas as produções encontradas que abordavam os conteúdos específicos do Ensino de História Antiga, e as que foram encontradas se direcionavam para pesquisas sobre o livro didático, o que não fazia parte da proposta do nosso levantamento.

O novo levantamento consistiu na elaboração de quatro tabelas, cuja organização se deu através do programa *Excel*, encontradas no Apêndice A. A primeira tabela relaciona as produções bibliográficas voltadas para o Ensino de História Antiga antes da primeira versão da BNCC (2008 – 2015), e tem como objetivo levantar o maior número de produções voltas para o Ensino de História Antiga até 2015. A segunda

tabela, se direciona para as produções de Ensino de História Antiga depois da publicação da primeira versão da BNCC (2015-2021), com o intuito de perceber se houve alguma mudança no número de produções voltadas para o Ensino de História Antiga. A terceira tabela, relaciona as publicações de Ensino de História Antiga nas revistas especializadas de Ensino de História (2008-2021), e tem como objetivo observar se havia publicações sobre a temática fora do campo de História Antiga. A quarta e última tabela, organiza as produções voltadas para o ensino de História Antiga publicadas nas revistas direcionadas especificamente para a Antiguidade (2008 -2021), objetivando observar o volume de produções nesse campo. Para a organização das informações nas tabelas, buscou-se utilizar dois formatos.

As duas primeiras tabelas, que se direcionavam para o levantamento de publicações sobre o Ensino de História, seguiram os seguintes critérios: autores; formação acadêmica; título do trabalho; resumo, palavras-chave, ano de publicação; local de publicação. Já as duas tabelas que tratam das publicações em revistas, seguiram os seguintes critérios: revista; edição; total de artigos; número de artigos referentes ao Ensino de História Antiga.

Apesar da mudança no formato do levantamento, a primeira tabela, voltada para os trabalhos publicados nos anos de 2008 a 2015, não apresentaram um número expressivo. No entanto, exploraremos as hipóteses que podem nos direcionar a construir uma ponte entre as dificuldades encontradas ao longo da pesquisa e as discussões produzidas a partir da BNCC.

3.2 O Ensino de História Antiga antes da BNCC

A redemocratização do Brasil na década de 1980, transformou as pesquisas no campo de História, em especial, as pesquisas na área de História Antiga. Ana Tereza Marques Gonçalves em seu texto intitulado *Desafios da Pesquisa em História Antiga no Brasil* (2000), apresenta um panorama sobre a construção da área e o pequeno número de pesquisadores que se aventuravam nas pesquisas pela Antiguidade no final do século XX. A autora defende a importância das pesquisas e dos estudos da História Antiga para os brasileiros, bem como a necessidade de os pesquisadores alargarem os espaços de pesquisa nas diversas instituições pelo país, objetivando formar outros pesquisadores para o campo.

É interessante observar que a História Antiga desde a fundação da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC), em 1985 e o Grupo de Trabalho em História Antiga (GTHA), em 1999, “tem proporcionado ao longo dos últimos anos a instalação de um amplo debate nacional acerca da necessidade de incorporação de novos temas, abordagens metodológicas e conceitos aos estudos da Antiguidade” (GONÇALVES, SILVA, 2008, p. 31). O campo das pesquisas em História Antiga, vem ampliando

a cada ano, assim como seu número de pesquisadores, que buscam a constante inovação em suas abordagens metodológicas e temáticas.

O professor Dominique Santos, juntamente com seus alunos Grazielle Kolv e Julião João Nazário, membros do Laboratório Blumenauense de Estudos Antigos e Medievais – LABEAM, discutem em seu texto intitulado *O Ensino e a Pesquisa em História Antiga no Brasil: reflexões a partir dos dados da plataforma Lattes* (2017), o número de professores pesquisadores com vínculo permanente da área de História Antiga que atuam nas instituições de ensino superior no Brasil, por meio de pesquisa na plataforma Lattes, disponível em <https://www.revistas.usp.br/marenostrum/article/view/138864>. A partir dos resultados, podemos perceber que o maior número de pesquisas se concentra no campo da Antiguidade clássica, tendo ainda uma grande disparidade nas pesquisas relacionadas ao “oriente próximo” e escassez das pesquisas sobre o Ensino de História Antiga.

O primeiro recorte temporal utilizado para nosso levantamento, busca identificar as produções de Ensino de História Antiga realizadas no período de 2008 a 2015. Durante o processo de levantamento, enfrentamos algumas dificuldades no acesso às produções. A escassez de materiais produzidos para o Ensino de História Antiga nesse recorte, é preocupante, visto que Santos, Kolv e Nazário (2017) apontam que nas últimas décadas houve uma ampliação de profissionais da área de História Antiga trabalhando com diversas temáticas relacionadas ao Ensino de História. Se há uma ampliação nessas produções, por quais motivos elas não estão presentes nas páginas de divulgação científica? E por quais motivos nossa procura não encontrou os lugares específicos dessas publicações?

As produções voltadas para o Ensino de História Antiga no período de 2008 – 2015 foram agrupadas em pequenos grupos que identificassem suas temáticas. Separou-se então em três grupos: Produções voltadas para o Ensino de História e temas específicos (ensino de Grécia, Roma, Egito, etc); Reflexões sobre o Ensino de História Antiga; e Análises dos conteúdos do Livro didático.

Podemos perceber que a maioria das produções levantadas nesse recorte, se voltam para as análises dos livros didáticos. Nesse período os “esforços concentravam-se mais em torno da avaliação de Livros Didáticos e outras atividades diretamente relacionadas ao MEC” (SANTOS, KOLV, NAZÁRIO, 2017, p. 202). Os debates nas pesquisas voltadas a análise dos livros didáticos se centram na grande presença de generalizações e desatualizações dos livros didáticos, entretanto ainda que a maioria das pesquisas se centrem nesse campo, são poucas as produções encontradas. Podemos aqui refletir que mesmo que existam pesquisas que discutam essa temática, não são suficientes para gerar uma mudança ou atualização na forma como os conteúdos de História Antiga são abordados nos livros didáticos.

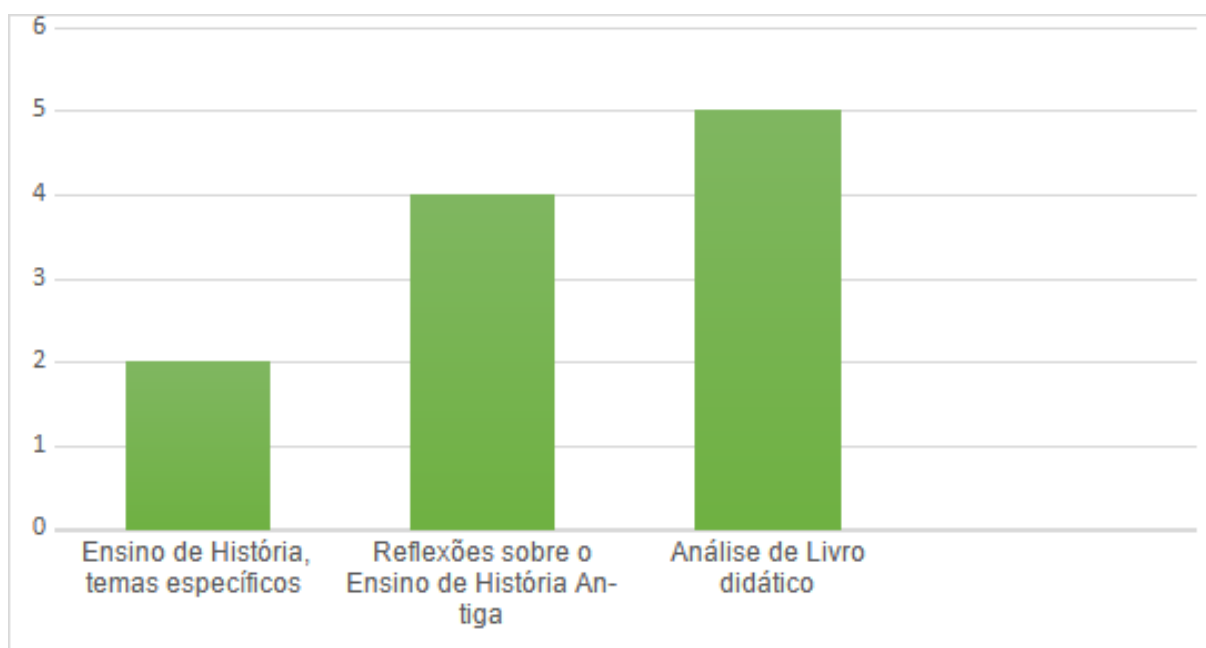


Figura 1 – Gráfico de produções de ensino de história antiga de 2008 a 2015

Podemos elencar vários artigos que apresentam problematizações a esse respeito, mas – ainda sem dados empíricos de amostragem mais ampla – pouco do debate, seja sobre a produção científica específica de pesquisadores brasileiros a respeito da Antiguidade, ou mesmo sobre questões que versam a respeito de seu ensino, aparecem nas coleções didáticas. (CAMPOS, 2017, p. 159)

No que tange as pesquisas voltadas para o campo da Reflexão sobre o Ensino de História Antiga, são muito superficiais as formas como elas se apresentam, não há uma discussão centrado na busca por ampliação das produções didáticas nas pesquisas realizadas no campo da Antiguidade, muito menos uma reflexão sobre como a área pode resolver essas questões.

[...] tanto o ensino de História e o ensino de História Antiga devem ocupar um lugar de maior destaque nos debates acadêmicos, eventos da área e, consequentemente pesquisa e produção científica. Observo uma (natural) tendência de imersão nas especificidades das pesquisas consolidadas de docentes e pesquisadores acerca de seus temas ad nauseam que nem sempre transcendemos horizontes das especialidades, de suas fontes e de suas metodologias. (CAMPOS, 2017, p. 160)

As pesquisas que buscam discutir a didática dos temas específicos da História Antiga, também não apresentam um grande número de produções publicadas. As pesquisas nesse campo se concentram nas discussões sobre o ensino de Roma e Grécia Antiga, Santos, Kolv e Nazário (2017), nos dizem que dos 116 pesquisadores mapeados, 44 são pesquisadores de Roma seguidos por 43 pesquisadores de Grécia. Esse levantamento nos mostra que centralidade das pesquisas nos estudos clássicos,

reverbera nas produções voltadas para o ensino. Barnabé (2017), em seu comentário sobre a produção de Santos, Kolv e Nazário, levanta as seguintes questões:

[...] os apontamentos sobre a predominância do “Ocidente” Antigo ante ao “Oriente” são importantes, e as práticas docentes na graduação são um fator da manutenção de tal situação, na medida em que são pouco abordados como conteúdos e menos escolhidos para temas de trabalhos de conclusão de curso, iniciação científica, ou mesmo pós-graduação. (BARNABÉ, 2017, p. 147)

A baixa produção de matérias voltados para a História Antiga “Oriental”, é explicada pela falta de pesquisadores nessas áreas, o que dificulta o desenvolvimento de produções específicas nesses conteúdos.

Compreendemos através do levantamento das produções de 2008 -2015, que as pesquisas voltadas para o Ensino de História Antiga antes da primeira versão da BNCC (2015), não suprimiam as necessidades que o ensino escolar demanda. Contudo, percebemos que há grandes defasagens na área de História Antiga, como a falta de pesquisadores de História Oriental, o que dificulta a construção de produções didáticas voltadas para essas temáticas, fica evidente também, a falta de pesquisadores que se dediquem as pesquisas voltadas para o Ensino de História Antiga. Ainda assim, enxergamos que a área tenta buscar, mesmo que poucas vezes, conversar com o ensino de História escolar.

4 REIVINDICAÇÃO DE UMA EXISTÊNCIA

4.1 As primeiras versões da BNCC e a exclusão da História Antiga

A versão preliminar da Base Nacional Curricular Comum – BNCC (2015), conhecida como primeira versão, é um documento que estava proposto na constituição federal de 1988, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, bem como nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica de 2013 e no Plano Nacional de Educação de 2014. Antes da BNCC ser formulada, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1998, regularizavam e criavam metas a serem alcançadas com os conteúdos escolares. A BNCC é considerada o documento mais importante para a educação brasileira, é a partir dela que se estabelece a base dos currículos escolares públicos e privados.

No que se refere à primeira versão da BNCC, observa-se que a equipe composta pelos professores e professoras indicados pelo Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e pela Undime (União Nacional dos Dirigentes de Educação), e profissionais de 35 universidades, consultou os currículos estaduais e do Distrito Federal com o intuito de produzir um documento que fosse reconhecido pelos sistemas e que estabelecesse um diálogo com as vertentes contemporâneas da teorização curricular, visíveis na tentativa de incorporar a diversidade cultural, religiosa, de gênero etc., própria de um país com dimensões continentais, desvencilhando-se assim de uma tendência que privilegiava manifestações euro-estadunidenses em detrimento das indígenas, quilombolas, afro-brasileiras etc. (NEIRA, JÚNIOR, ALMEIDA, 2016, p. 35)

O currículo escolar é um espaço de constantes disputas e no que tange a disciplina de História, esses conflitos se acirram ainda mais. “O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social” (MOREIRA; SILVA, 1994, p. 13), ele é um espaço de interesses que está constantemente sendo adaptado e modificado para o proveito de quem o controla, é a partir dessa ideia de disputas, permanências e exclusões que a BNCC História surge.

Publicada a versão preliminar da BNCC, um intenso e caloroso debate

ganhou as páginas dos jornais. Grupos conservadores e progressistas posicionaram-se contrários ao documento. Para os primeiros, o texto estava muito aquém do que seria desejável em termos de aquisição de conhecimentos. O segundo grupo também criticou o acanhamento da proposta; esperava um documento mais engajado, sem qualquer espécie de aceno ao mercado ou às políticas neoliberais. Engrossaram o coro das críticas as entidades científicas, os movimentos sociais organizados e organizações não governamentais ligadas à educação. (NEIRA, JÚNIOR, ALMEIDA, 2016, p. 36)

A referida enxurrada de críticas¹ que essa versão recebeu, diz respeito principalmente a exclusão dos conteúdos de História Antiga e Medieval² no currículo, trazendo “à tona as divisões entre grupos de historiadores, bem como projetos divergentes para se criar uma base curricular comum” (MOERBECK, 2021, p. 53). Os discursos que defendiam a permanência do modelo criado para a primeira versão, empregam os argumentos de que os currículos brasileiros necessitavam se desvencilhar da História eurocêntrica e “civilizatória” marcada pela História Antiga. Matheus Oliveira da Silva em seu texto intitulado “Base Nacional Comum Curricular: a história em duas versões” (2018), nos diz que:

[...] foi possível perceber que ainda perdura no ensino de História uma matriz eurocêntrica, que perpassa toda a história do ensino de História no Brasil, de maneira consolidado. Há, assim, um passado que essa tradição legítima como o passado brasileiro. (SILVA, 2018, p. 113)

A constante reafirmação das palavras eurocêtricas e tradicional, são utilizadas para definir tudo aquilo que se quer excluir. É uma espécie de “processo natural”, desde as primeiras modificações nas estruturas escolares, com a reforma Pombalina no século XVI, a reforma Francisco Campos (1931), a reforma Gustavo Capenema (1942), as reformas nos governos militares e o período de redemocratização no país, buscam eliminar os antigos modelos, a partir dos argumentos de “não condiz mais com nossa proposta”; “precisamos dar fim a esse formato tradicional”; “não é o que queremos para o Brasil”.

Ainda é muito presente na visão dos demais pesquisadores e comunidade em geral, a ideia de uma História Antiga deslocada das demais áreas. Urian Gebara da Silva em “Uma Antiguidade fora de lugar” (2017), nos diz que a ideia de uma antiguidade “fora do lugar” é concebida pela propagação da centralidade da narrativa no continente europeu. Essa concepção se fortalece na História ensinada no ensino básico,

¹Para exemplo, ver Manifestação pública da ANPUH sobre a Base Nacional Comum. Disponível em <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticiasdestaque/item/3352-manifestacao-publica-da-anpuh-sobre-a-base-nacional-comumcurricular>. Acesso em: 16/09/2021.

²Ver Carta de repúdio à BNCC produzida pelo Fórum dos profissionais de História Antiga e Medieval. Disponível em <https://anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3127-carta-de-repudio-a-bncc-produzida-pelo-forum-dos-profissionais-de-historia-antiga-e-medieval>. Acesso em: 16/09/2021.

que ampara o Ensino de História Antiga na construção do continente europeu.

Os pesquisadores envolvidos na construção da primeira versão da BNCC, defendem a proposta através dos discursos de que pela primeira vez o Brasil teria um currículo que romperia com o modelo de “História tradicional”.

À época, debates e críticas fizeram parte desse contexto em que pesquisadores e professores ligados ou não aos temas “afetados” se pronunciaram contra o documento. Como mencionado no início do texto, a grande preocupação desses profissionais foi, em geral, acerca dos conteúdos substantivos, em especial os da antiguidade e medievo. Esse é um aspecto marcante, pois ao contrário dos objetivos formativos para os alunos da educação básica, o grande embate nessa versão da Base foi sobre a manutenção da história antiga e medieval. Foram escassas as proposições que se dispusessem a dialogar sobre como essa manutenção contribuiria para os objetivos da formação de uma sociedade brasileira (SILVA, 2018, p. 115)

É interessante refletir aqui sobre o desconhecimento das demais áreas sobre as pesquisas e o potencial do uso da Antiguidade e do Medievo nas salas de aulas. Fica claro que, a perpetuação dos estereótipos para com esse campo de pesquisa é mais vantajosa, e me arrisco a dizer que, um pouco estratégica.

Um detalhe que não pode passar despercebido é que a segunda versão da BNCC não sucumbe, não se deixa subjugar pela força dos grupos conservadores que acabam moldando, através dos currículos escolares, sujeitos submissos, calados, quietos, bem ao gosto do neoliberalismo e dos ditadores de plantão. Homens e mulheres fadados a adquirirem somente conhecimentos comercializáveis a baixo custo, visando a uma rápida inserção no mercado de trabalho. O projeto formativo da BNCC era um sujeito que saiba ler a realidade que o cerca e atuar fundamentado em conhecimentos variados, que reconheça sua própria identidade cultural e que lute para transformar a sociedade atual. A explicação é simples. Essa sociedade não satisfaz à maior parte da população. Ela é profundamente desigual e injusta. Um sujeito desprovido de determinados conhecimentos, um sujeito que na escola não aprendeu a enxergar os direitos, os valores e os saberes de todos os outros grupos como equivalentes não conseguirão unir-se aos demais para desestabilizar a força daqueles que detêm o poder. (NEIRA, JÚNIOR, ALMEIDA, 2016, p. 41)

Neira, Júnior e Almeida são um tanto pessimistas quando dizem que os currículos escolares moldados pelos ditos conservadores, criam e moldam sujeitos submissos, eles não levam em conta que mesmo o pior dos piores currículos pode ser transformado em uma grande arma de conscientização. A forma atual da BNCC não deve impedir os docentes de perceber os seus aspectos positivos. “O debate precisa ser retomado de maneiras mais propositivas e menos centradas nos formalismos da BNCC ou de obras didáticas” (MOERBECK, 2021, p. 74). No papel, o currículo é um; dentro

da sala de aula, é reinventado. O professor ainda, mesmo que pouco, possui autonomia para criar, moldar e transformar suas aulas em um mundo crítico e que faça sentido aos seus alunos. É ingênuo pensar que a simples reinserção da Antiguidade e do Medievo nas propostas curriculares podem construir um abismo na formação de cidadãos críticos, pelo contrário, é a partir da inserção desses assuntos, concomitantemente com os diálogos reflexivos e construção de um saber histórico junto com a academia, escola, alunos e professores é que podemos construir sujeitos instrumentalizados.

A História Antiga pode contribuir de modo extremamente satisfatório para a consolidação da cidadania em nosso país pelo seu caráter plural, descortinando realidades insuspeitas para alunos e alunas que devem ser provocados e provocadas a sair do seu lugar, da sua época para ir de encontro do Outro, a fim de compreendê-lo e não o julgar. (CARVALHO, 2020, p 21)

Embora a História Antiga não seja vista com bons olhos, não se pode negar as potencialidades que esse ensino pode proporcionar as discussões dentro da sala de aula. Há uma efervescência de temáticas prontas para serem debatidas e que podem enriquecer muito a formação dos alunos, “o Brasil atual precisa da História Antiga e de seu ensino em todos os níveis da educação, para que nos permita encontrar novas leituras de mundo e, com esse novo olhar, possamos encarar os desafios futuros, principalmente no campo da política” (LEITE, 2017, p. 28). Na visão das outras áreas, ainda são obscuras as contribuições que a Antiguidade pode trazer para a sociedade contemporânea. Por muito tempo não houve discussões sobre a importância da História Antiga para o processo de ensino aprendido, entretanto, podemos observar diversos pontos específicos que podem auxiliar na disciplina de História, tendo como base a diversidade e multiculturalidade que esse período nos apresenta.

O ensino crítico da História Antiga, antes de sufocar vozes invisibilizadas pelo uso ideológico de um passado distante e transcontinental, pode ajudar a pensar maneiras de se compreender problemas que dizem respeito aos países latino-americanos, às populações indígenas, entre tantos outros grupos sociais. A relevância do estudo da História Antiga na escola também se encontra naquilo que se reside fora de seus muros, em seus profundos diálogos socioculturais. Sejam nas múltiplas formas de difusão do conhecimento no registro da História Pública (digital), sejam nos mais variados entretenimentos e usos contemporâneos do passado, as histórias e culturas antigas estão muito mais presentes nas formas como lidamos com o nosso mundo-da-vida, do que se poderia imaginar ingenuamente. (MOERBECK, 2021, p. 62)

A versão preliminar da BNCC História, mostrou que a área de História Antiga precisa buscar ampliar o campo de pesquisas de Ensino de História e se faz “necessário

que produzamos conteúdos acessíveis que permitam uma maior popularização da História Antiga para educadores e estudantes nessa etapa de formação” (CAMPOS, 2017 p. 159). Cabe a área de Antiga voltar-se para o ensino de História para mudar essas ideias. O ensino de História Antiga precisa estar mais ativo e forte nas discussões de produções de materiais didáticos, nas formações de professores, em projetos de extensões, trazendo atualizações constantes das pesquisas que estão sendo feitas, para que assim possamos construir novos olhares da área para o ensino. É importante que a didatização dos conteúdos de antiga passem a ser cada vez mais presentes, para que não mais possamos ler afirmações e apontamentos arcaicos e atrasados nos livros didáticos e em discussões de currículos.

4.2 A luta pelo reconhecimento

A partir da produção de uma História nacional, a disciplina de História passa a ser legitimadora da história das elites. É apoiada na construção da memória coletiva de uma história pátria que a Antiguidade se sustenta como conteúdo fundamental na propagação desses ideais. Mas séculos se passaram e continuamos atrelados a esses modelos, mesmo nossas pesquisas deixando de se centrar na percepção eurocêntrica, passando a discutir “a noção de centro-periferia, invertendo, em vários casos, a chave tradicional que privilegiava o “mundo clássico” (FRANCISCO, 2017, p. 35). Ainda há a propagação da ideia da História Antiga como um conteúdo eurocêntrico. A área de Antiga não pensa, e não trabalha mais com essas perspectivas, mas por que ainda continuam nos taxando dessa forma? Por quais motivos nossas pesquisas não conversam com os demais públicos? O que faz ainda sermos vistos por uma concepção do passado? Por que não tomamos atitudes para nos desprender dessas ideias? Se tomamos, por que ainda não entendem?

O primeiro levantamento que realizamos no recorte de 2008-2015, demonstra que a área de História Antiga não conversava com outras disciplinas, muito menos com a Ensino de História. A baixa produção de trabalhos voltadas para o campo de ensino nos mostram que ainda precisamos repensar nossas perspectivas para o futuro. Santos, Kolv e Nazário (2017), nos dizem que o número de pesquisadores no campo de História Antiga vem se ampliando, bem como o número de professores pesquisadores em situação de vínculo permanente com as instituições de ensino superior no país. Já são 116 docentes³ de História Antiga lecionando em universidade no Brasil, o que é um número muito expressivo levando em consideração o texto de Gonçalves (2000), onde nos apresenta que, no final do século passado a área de História Antiga se concentrava apenas no eixo Rio de Janeiro e São Paulo com pouquíssimos pesquisadores, havia muitas dificuldades de se trabalhar a Antiguidade no país, os principais

³Mapeamento dos docentes disponível em <http://www.gtantica.com/>. Acesso em: 15/11/2021

problemas vinham da falta de traduções e o acesso aos materiais para as pesquisas. Hoje nos encontramos com um campo consolidado e reconhecido mundialmente pelas pesquisas de ponta que realizamos em terras tão distantes dos objetos de pesquisa.

A partir da primeira versão (2015) e segunda versão (2016) da BNCC, as publicações sobre o Ensino de História Antiga dobraram. Se no levantamento de 2008-2015 tínhamos tímidas discussões acerca da reflexão sobre os usos e a didática da História Antiga, no levantamento de 2015 - 2021 eclodem as discussões centradas na importância do Ensino de História Antiga e as possibilidades de aproximação e de usos na sala de aula. As versões da BNCC serviram para acordar a área para uma realidade latente, a importância da transposição didática das pesquisas realizadas nas universidades, bem como a necessidade de conversar com a história escolar.

[...] em todos os cantos do país, historiadores da Antiguidade e do Medievo estão, sim, refletindo sobre o ensino de seus campos de estudo, observando-os à luz da realidade brasileira, articulando-os às necessidades urgentes do ensino de história. E não, a pura e simples exclusão não seria uma resposta. Um outro elemento fundamental: nosso tempo vivido demonstrou que os campos da Antiguidade e do Medievo falam à contemporaneidade. (NETO, 2021, p. 4)

A resistência da área de História Antiga é apresentada nas diversas produções que surgiram e que podem legitimar a força que o campo de Ensino de História Antiga pode proporcionar para a construção de uma ponte entre a escola e a academia.

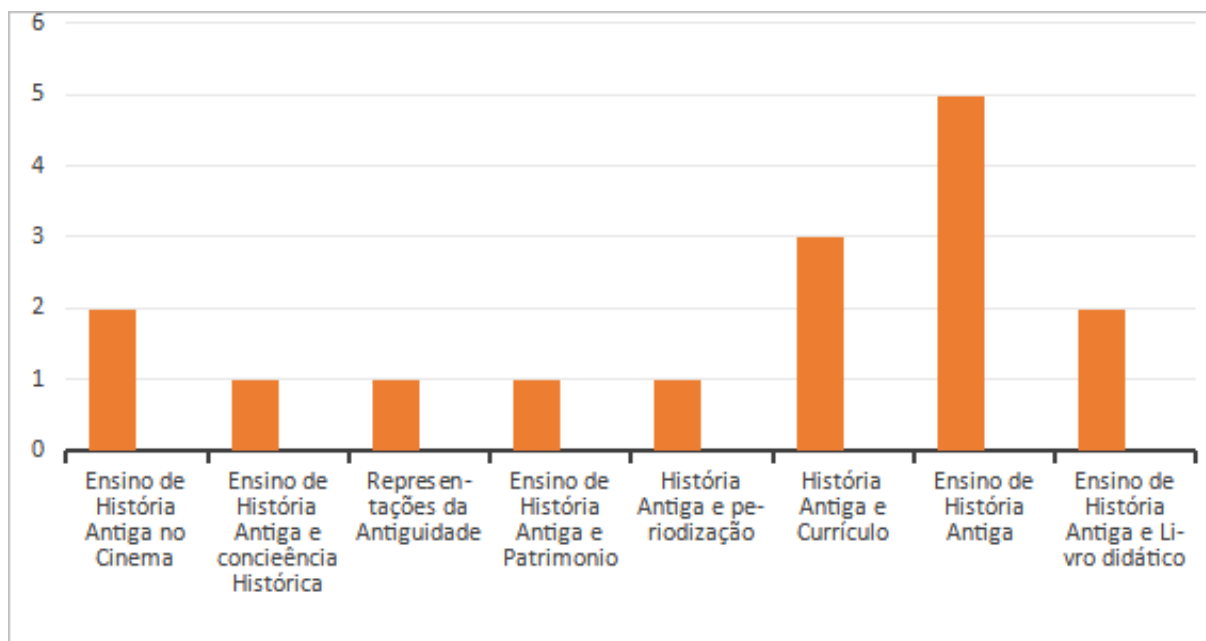


Figura 2 – Gráfico de produções de ensino de história antiga de 2015 a 2021

No gráfico da figura 2, observamos que há um aumento significativo nas pesquisas de Ensino de História Antiga. Antes, as pesquisas voltadas para esse campo se centravam nas análises dos livros didáticos, agora, podemos perceber que os obje-

tos de pesquisas se ampliaram, discutindo recepções, produções cinematográficas, o currículo escolar, etc. Entretanto, as pesquisas de Ensino de História Antiga ainda se mantêm dentro da área, restringindo as discussões aos historiadores de História Antiga.

Portanto, da provocação passemos para o desafio: o de inserir os debates sobre ensino de História Antiga nos fóruns de discussão e produção científica de nossa área, de modo que esse acúmulo possa interagir com as reflexões sobre a prática do docente pesquisador, bem como o conhecimento produzido também no ambiente da docência escolar. A meu ver, esse é um dos caminhos de uma longuíssima trajetória de ampliação da pesquisa, ensino e popularização do conhecimento por Antiguidade no Brasil, que não pode e não deve se restringir exclusivamente ao ambiente universitário, sob o risco de óbito por inanição. (CAMPOS, 2017, p. 160)

As revistas de Ensino de História foram por muito tempo esquecidas, sendo por muitas vezes desvalorizadas, entretanto, com o crescimento das pesquisas de Ensino de História, cresce o número de publicações. Nosso levantamento apresenta a falta de integração entre as pesquisas de Ensino de História Antiga e Ensino de História, distanciamento que fica claro quando percebemos que de 2008 a 2021, há apenas 3 publicações de historiadores de História Antiga em revistas especializadas em Ensino de História. Moerbeck (2021) diz que a História Antiga precisa residir para além dos muros escolares, ela precisa trabalhar em múltiplas formas de difusão. Para isso, é necessário discutir e estreitar laços com outras áreas do conhecimento histórico, em especial o Ensino de História.

Na figura 3 observamos os resultados do levantamento de produções voltadas para o ensino de História Antiga, publicadas em revistas especializadas de História Antiga. Nesse gráfico, podemos perceber que nos períodos que antecedem a BNCC, as publicações de Ensino de História são escassas, tendo apenas uma publicação por ano. Mas mesmo após a publicação da BNCC, esse número não se altera. O maior volume de publicações fica reservado à *Brathair - Revista de Estudos Celtas e Germânicos* sediada na Universidade Federal do Maranhão, que dedica a edição de 2021 a um dossiê temático sobre a área de Ensino de História Antiga e Medieval. Ao analisar as revistas, pode-se perceber que não é por falta de interesse dos pesquisadores de Ensino de História Antiga em não publicar seus trabalhos, mas sim, a ausência de aberturas temáticas nos dossiês.

4.3 A valorização do ensino como campo de pesquisa

A divulgação da Base Nacional Curricular Comum no ano de 2015, mostrou o quanto as áreas da História negligenciaram o Ensino de História, em especial as áreas

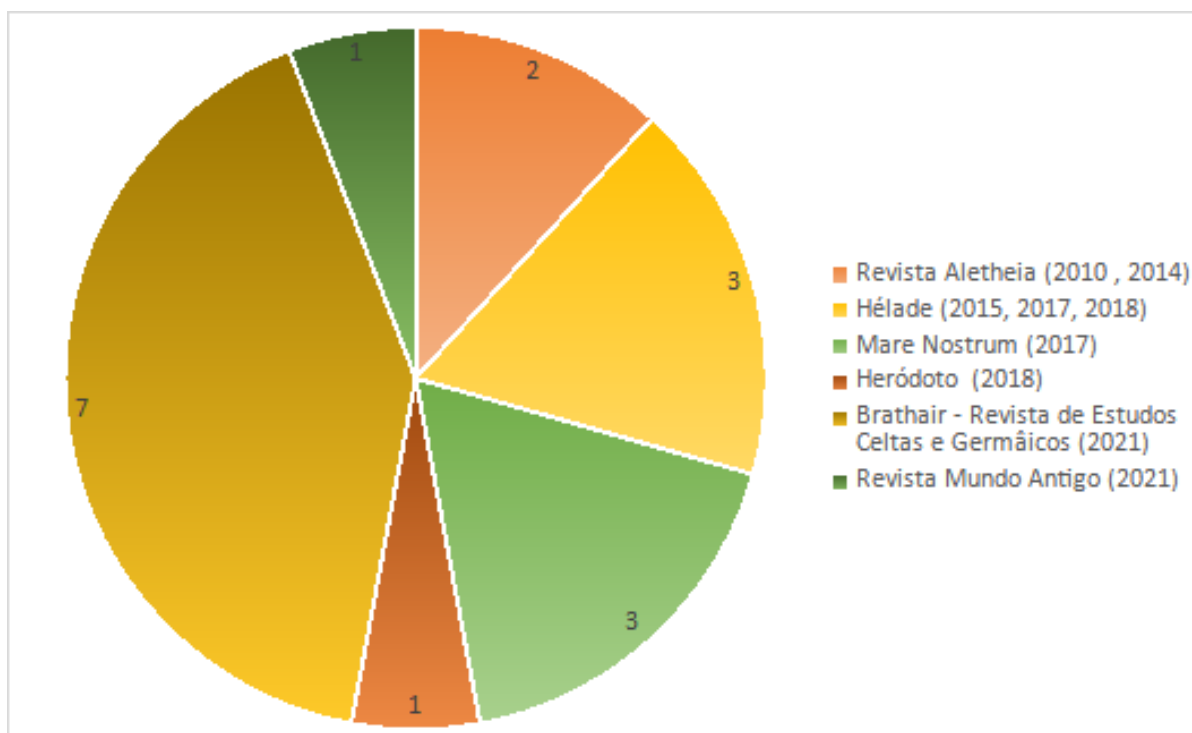


Figura 3 – Gráfico de revistas especializadas em História Antiga 2008-2021

de História Antiga e Medieval. É de suma importância que compreendemos que o Ensino de História Antiga não se trata de um ensino da história europeia, tão pouco da história das elites, temos aqui um campo de pesquisa com variadas abordagens temáticas e que buscam constantemente quebrar esses estereótipos construídos ao longo do tempo.

Uma História Antiga para o século XXI deve focar em uma agenda que dê conta de questões relacionadas às desigualdades econômicas, de gênero, étnico-religiosas e os perigos de governos autoritários. Dizer que Antiguidade não nos pode fazer refletir sobre questões tão urgentes é tão somente falta de imaginação ou boa vontade. Esse mundo de outrora é uma região de fronteiras distantes conosco, mas elas existem. Os alunos e alunas rejubilar-se-ão com o estudo da Antiguidade à medida se sintam sujeito se se questionarem sobre as suas próprias histórias. (MOERBECK, 2021, p. 75)

Silva (2017) nos diz que, para se pesquisar sobre a História Antiga no Brasil, precisamos reconhecer que há um desequilíbrio na valorização dos passados e bens culturais dos quais nossa cultura se apropriou, para tal precisamos compreender que a Antiguidade estabelece diversas relações com o presente. Ao longo de 2015 e 2016, muito se ouviu que a História Antiga não conversava com as pesquisas de ensino, muito menos com a escola. Entretanto, como forma de mostrar para a sociedade sua importância e a necessidade de se ensinar esse conteúdo na escola, foram elaboradas diversas discussões, eventos e manifestações que se voltaram para apresentar a

sociedade a relevância que o Ensino de História Antiga possui para a sociedade.

A partir das manifestações de repúdios aos discursos gerados para legitimar a exclusão da História Antiga e Medieval dos currículos, cresceu-se o número de produções direcionadas ao Ensino de História Antiga, bem como os eventos direcionados para o ensino. Dentre os vários eventos realizados nos anos de 2018 à 2021, nos voltaremos para a XXI Jornada de História Antiga sediada na Universidade Federal de Pelotas, que abordou no ano de 2020 o tema de “Ensino de História Antiga e os desafios da Teleducação: Antiguidade em conexão com novos saberes. Organizado pelo Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga – LECA, sob a coordenação do Professor Dr. Fábio Vergara Cerqueira e pela Professora Dr. Carolina Kesser Barcellos Dias, o evento ocorreu ao longo de quatro meses e contou com minicursos voltados para os ensinos de História das temáticas específicas de História Antiga (Egito, Mesopotâmia, Grécia e Roma), bem como vinte mesas de comunicações, que discutiram as diversas temáticas trabalhadas pelos pesquisadores da área de Antiguidade e professores da rede básica de ensino.

É de suma importância a continuação de eventos que incentive pesquisadores e professores que pesquisam o Ensino de História Antiga no Brasil, bem como a valorização desse campo de pesquisa, pois nada nos adianta reivindicar a presença da História Antiga nos currículos escolares, se não produzimos e valorizamos os pesquisadores desse campo de pesquisa, que nos é tão caro e importante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscamos compreender os motivos que levaram a exclusão da área de História Antiga na primeira versão da Base Nacional Curricular Comum (2015), bem como a Importância desse campo para o desenvolvimento dos alunos da Rede Básica. Objetivamos também, apresentar algumas das saídas que a área tomou para contornar as discussões propagadas pelos defensores desta primeira versão.

Barnabé (2017) nos diz que as produções brasileiras na área de História Antiga se encontram em um campo de grandes tensões, visto que mesmo produzindo pesquisas importantes para a comunidade acadêmica, ainda há um desconhecimento sobre os debates realizados pela área. Segundo o autor, outras áreas específicas da História entendem que “a História Antiga é eurocêntrica e pouco contribui para (ou atrapalha) a formação da identidade nacional, ou ainda que o distanciamento temporal e espacial não a faria sentido para a escolarização de crianças” (BARNABÉ, 2017, p. 147). É interessante pensar que o processo de redemocratização do Brasil na década de 1980, modificou os olhares para as diversas áreas de pesquisas históricas, mas nós da História Antiga, continuamos sendo vistos com os olhos do passado. Continuamos sendo marcados pelas concepções construídas em um período que acreditava que o estudo da antiguidade era a base para a construção da História e da identidade de uma nação.

Compreendemos que a exclusão da História Antiga na primeira versão, faz parte de uma tentativa de acabar com a chamada “História tradicional” que, do ponto de vista de seus idealizadores, é justamente produzida pela presença de conteúdos da Antiguidade e Medieval. Cabe a nós, pesquisadores de História Antiga, construir novas concepções acerca da nossa área. Precisamos incentivar as pesquisas voltadas para o Ensino de História Antiga, bem como a aproximação desses temas e reflexões com as escolas. Para Campos (2017), nós, pesquisadores de História Antiga, precisamos com urgência incentivar os debates sobre o Ensino de História Antiga, e nos apropriar dos ambientes escolares, bem como o conhecimento produzido nos ambientes da escola. É de suma importância que busquemos ampliar as produções voltadas para a didática da História Antiga, e a popularização das nossas pesquisas. Não podemos mais nos restringir apenas ao nosso campo de pesquisa, precisamos ocupar outros

espaços, necessitamos conversar com outras áreas, principalmente a do Ensino de História. Precisamos mostrar aos que insistem em nos excluir que a Antiguidade é, e sempre será necessária para a construção da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria. **O ensino de história como fator de coesão nacional: os programas de 1931**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh/ Marco Zero, v. 13, n. 25/26, 1993, p.163-174.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília: MEC. 2015.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília: MEC. 2016.

BELTRÃO, Claudia. Em tempos de BNCC, algumas considerações sobre o ensino de antiguidade clássica no Brasil. IN: BUENO, A; ESTACHESKI, D; CREMA, E. (Orgs.). **Para um novo amanhã: visões sobre aprendizagem histórica**. Rio de Janeiro/União da Vitória: Edição LAPHIS/Sobre Ontens, 2016. p. 69-78.

Cairus, Henrique. O lugar dos clássicos hoje: o supercânone e seus desdobramentos no Brasil. In B. V. G. Vieira & M. Thamos (Orgs.), **Permanência Clássica. Visões contemporâneas da Antiguidade greco-romana**. São Paulo: Escrituras, 2011, p. 125–143.

CARDOSO, Zelia de Almeida. O percurso dos Estudos Clássicos no Brasil. **Classica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, v. 27, n. 1, p. 17-36, 2014.

CARVALHO, Alexandre Galvão. Diálogos entre a História Antiga e o Ensino de História. Perspectivas e Diálogos: **Revista de História Social e Práticas de Ensino**, v. 2, n. 6, 2020.

CAMPOS, Rafael Costa. Comentário a “O ensino e a pesquisa em História Antiga no Brasil: reflexões a partir dos dados da plataforma Lattes”. **Mare Nostrum**, v. 8, n. 8, p. 154-161, 2017.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e Consciência Histórica**. Implicações Didáticas de Uma Discussão Contemporânea. Edição: 1a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011

CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria & Educação, n. 2, p. 177-229, 1990.

COELHO, Ana Lucia Santos; BELCHIOR, Ygor Klain. BNCC e a História Antiga: Uma possível compreensão do presente pelo passado e do passado pelo presente. **Mare Nostrum**, v. 8, n. 8, p. 62-78, 2017.

COSTA, Aryana Lima; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O ensino de história como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos da área de pesquisa, notícias do que virá. **Saeculum: Revista de História**, João Pessoa, v. 16, p. 147-160, jan./jun. 2007. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/11378>>. Acesso em: 09/09/2021.

FAVERSANI, Fábio; SANTOS, Dominique Vieira coelho dos; LÓPEZ, Cristina Rosillo. Apresentação do dossiê: História Antiga entre o local e o global: integração, conflito e usos do passado. **Revista Brasileira de História**, v.40, n. 84, p. 193 -2016, 2020.

FRANCISCO, Gilberto da Silva. O lugar da História Antiga no Brasil. **Mare Nostrum**, v. 8, n. 8, p. 30-61, 2017.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; GARRAFFONI, Renata Senna. História Antiga na sala de aula. Coleção textos didáticos, n. 51. **Campinas, IFCH/UNICAMP**, 2004.

GUARINELLO, Norbeto Luiz. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. **Politeia**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, 2003, p. 41-61

GUARINELLO, Norbeto Luiz. **História Antiga**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. Desafios da pesquisa em História Antiga no Brasil. **Dimensões**, n. 11, 2000.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques; SILVA, Gilvan Ventura da. O Ensino de História Antiga nos livros didáticos brasileiros: balanço e perspectivas. **A Tradição Clássica no Brasil**. Brasília: Fortium Editora, 2008, p. 21-34.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000200006>. Acesso em: 09/09/2021.

LEITE, Priscilla Gontijo. Ensino de História, Reformas do Ensino e Percepções da Antiguidade: apontamentos a partir da atual conjuntura brasileira. **Mare Nostrum**, v. 8, n. 8, p. 13-29, 2017.

MENEZES NETO, Geraldo Magella de. As discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular de História: entre polêmicas e exclusões (2015-2016). **Revista Crítica Histórica**. UFAL, v. 8, n. 15, 2017.

MEINERZ, Carla Beatriz. Verbete estereótipo. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (Org.). **Dicionário de ensino de história**. 1ed.: 2018, v. 1, p. 102-.106

MISTURA, Letícia; CAIMI, Flávia Eloisa. O ensino de História no Brasil e seus pesquisadores: breves notas sobre uma herança de tensões e proposições. **Escritas do Tempo**, v. 2, n. 5, p. 92-116, 2020.

MOERBECK, Guilherme Gomes. Em defesa do ensino da História Antiga nas escolas contemporâneas: Base Nacional Curricular Comum, usos do passado e pedagogia decolonial. **Brathair – Revista de estudos Celtas e Germânicos**, v. 1, n. 21, 2021.

MORALES, Fábio Augusto. Por uma didática da História Antiga no Ensino Superior. **Mare Nostrum**, v. 8, n. 8, p. 79-114, 2017.

MOREIRA, Antonio Flávio; DA SILVA, Tomaz Tadeo. **Currículo, cultura e sociedade**. Cortez Editora, 1994.

NADAI, Elza. **O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva**. *Revista Brasileira de História*, v. 13, n. 25/26, p. 143-162. São Paulo, set. 1992/ago. 1993. Disponível em: <https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=30596>. Acesso em: 16/09/2021.

NEIRA, Marcos Garcia; JÚNIOR, Wilson Alviano; DE ALMEIDA, Déberson Ferreira. A primeira e segunda versões da BNCC: construção, intenções e condicionantes. **EccoS–Revista Científica**, n. 41, p. 31-44, 2016.

NETO, José Maria Gome de Souza. Apresentação: ensinando História Antiga e Medieval no Brasil: da inércia à potência. **BRATHAIR-REVISTA DE ESTUDOS CELTAS E GERMÂNICOS**, v. 1, n. 21, 2021.

PENNA, Fernando de Araújo. A importância da tradição clássica no nascimento da disciplina escolar História no Imperial Colégio de Pedro II. In: CHEVITARSE, André Leonardo; CORNELLI, Gabriel; SILVA, Maria Aparecida (org); **A tradição Clássica e o Brasil**. Brasília, Fortium, 2008. p. 54 – 66.

OLIVEIRA, Nairana Zanuto de. **História Antiga no Brasil: um perfil do ensino nas universidades brasileiras**. (Trabalho de conclusão de curso), Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

OLIVEIRA, Margarida Marida Dias de.; FREITAS, I. Base Nacional Curricular Comum: caminhos percorridos, desafios a enfrentar. In: CAVALCANTI, Rinaldo; ARAÚJO, Raimundo Inácio Souza; CABRAL, Geovanni Gomes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (Org.). **História: demandas e desafios do tempo presente**. 1. ed.: EDUFMA, 2018, p. 49-63.

RÜSEN, J. "Jörn Rüsen e o ensino de história". In: M. A. Schmidt, I. Barca, et E. de R. Martins (Org.), **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Editora UFPR, 2010

SANTOS, Dominique; KOLV, Grazielle; NAZÁRIO, Juliano João. O ensino e a pesquisa em História Antiga no Brasil: reflexões a partir dos dados da Plataforma Lattes. **Mare Nostrum**, v. 8, n. 8, p. 115-145, 2017.

SANTOS, Dominique. **O ensino de História Antiga no Brasil e o debate da BNCC**. Outros Tempos – Pesquisa em Foco - História, v. 16, n. 28, p. 128, 2019.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do ensino de história no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista História da Educação**, v. 16, n. 37, p. 73-91, 2012.

SILVA, Marcos Antônio; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas**. *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 60, p. 13-33, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a02v3060.pdf>>. Acesso em: 09/09/2021.

SILVA, Urian Gebara da. Introdução ao Dossiê 'História Antiga no Brasil: Ensino e Pesquisa': Uma Antiguidade Fora do Lugar, **Mare Nostrum: Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo**, v. 8, p. 1-12, 2017.

SILVA, Matheus Oliveira da. Base Nacional Comum Curricular: representações e desdobramentos do Componente História: Primeiros resultados. **Boletim Historiar**, v. 2, p. 98-110, 2017.

SILVA, Matheus Oliveira da. BNCC e o componente curricular História: como pensaram os seus críticos. **Boletim Historiar**, n. 23, abr./jun. 2018, p. 85-106, 2018.

ZAMBONI, Ernesta. Panorama das pesquisas no ensino de História. **Saeculum: Revistade História**, n. 6/7, p.105-117, jan./dez. 2000-2001. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/834355/mod_resource/content/1/Zamboni%20-%20Saeculum.pdf>. Acesso em: 09/09/2021.

APÊNDICE A BANCO DE DADOS

A seguir serão apresentadas as tabelas utilizadas para o levantamento dos dados deste trabalho.

Autores	Titulação	Título	Resumo	Palavras-Chave	Ano	Publicação
Ana Teresa Marques Gonçalves, Gilvan Ventura da Silva	Doutora em História e Professora Titular da Universidade Federal de Goiás	O Ensino de História Antiga nos Livros Didáticos Brasileiros: Balanço e Perspectivas	Os autores discorrem sobre as práticas de ensino da História Antiga no Brasil, demonstrando que, apesar das transformações ocorridas no século XX, sua base teórico-metodológica ainda se espelha na ideologia contida na formação da disciplina desde sua implantação em 1847 no Colégio Pedro II	Ensino de História; Livro didático.	2008	livro Tradições clássicas e o Brasil
Cláudio Umpperre Carlan	Doutor e professor professor- associado de História Antiga da Universidade Federal de Alenas / MG	Antiguidade Clássica e Numismática: representações e pesquisas no ensino fundamental	Relação do uso da numismática e a sala de aula	Ensino de História antiga; numismática; ensino fundamental	2008	livro Tradições clássicas e o Brasil
Maria Aparecida de Oliveira Silva	Doutora em História	Cultura material e tradição literária nos livros didáticos: a criação do mito espartano	Uma breve busca nas prateleiras das bibliotecas universitárias, reservadas aos livros especializados em História Antiga, percebemos a presença marcante de obras relacionadas ao período clássico ateniense. Poucos livros tratam da história espartana, em geral, o que encontramos sobre Esparta são um ou dois capítulos em obras destinadas à história grega. Assim, vemos que o ponto de partida para o desconhecimento da história de Esparta está na Universidade, responsável não somente pela formação de pesquisadores, mas também de professores dos ensinos fundamental e médio das escolas públicas e privadas. No quadro acadêmico, notamos que as dissertações e teses relativas ao mundo grego centram-se na narrativa da história ateniense. Felizmente, a vitória espartana na guerra do Peloponeso impõe os autores a relatar alguns episódios mais conhecidos sobre a cidade lacedemônia. Portanto, na linha cronológica dos acontecimentos históricos em Atenas, Esparta surge como um elemento constitutivo do mundo ateniense, uma vez que suplantou belicamente a cidade ateniense impondo seu regime político e cooptando seus aliados. Raros os pesquisadores que dedicam suas reflexões apenas à história espartana, fato que pode ser constatado ainda na historiografia estrangeira	Cultura matéria, livro didático, Esparta	2008	livro Tradições clássicas e o Brasil
Raquel dos Santos Funari	Doutora pela Unicamp - Professora da Rede Básica de São Paulo	Ensino de História Antiga uma análise Prof Raquel Funari	Entrevista		2011	Revista Phylla
Semiramis Corsi Silva	Doutora, Professora Adjunta de História da Universidade Federal de Santa Maria	Aspectos do Ensino de História Antiga no Brasil: Algumas observações	O objetivo deste artigo é apresentar uma sistematização do que foi pesquisado recentemente sobre o ensino de História Antiga no Brasil, aliando observações das pesquisas atuais na área com algumas reflexões críticas a respeito do tema. Para isso, apresentaremos as tendências atuais do ensino de História Antiga no Ensino Superior e Escolar, analisando o uso do livro didático em sala de aula, seus conteúdos e a necessidade da boa formação de professores ainda durante a graduação em cursos de Licenciaturas em História.	Ensino de História Antiga, Livro didático, Formação de professores.	2011	Alêtheia: Revista de estudos sobre Antiguidade e Medieval

Renata Cardoso Belleboni Rodrigues	Doutora professora adjunta. Curso de História da Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista / FESB.	Reflexões no Ensino de História Antiga	O ensino da História Antiga em cursos de licenciatura em História não é importante apenas para a compreensão dos discursos historiográficos produzidos sobre aquele assado, mas igualmente por corroborar para a formação de professores conscientes de sua função social. No entanto, a experiência pedagógica pode evidenciar que há muito a ser refletido a respeito desse ensino. Há alguns indícios de que nossos esforços no meio acadêmico universitário não vêm respondendo satisfatoriamente a um de seus objetivos: associar o ensino à pesquisa Quando o cristianismo tornou-se a religião oficial do Império Romano, a escrita hieroglífica não mais foi empregada, e desde este momento ela vem encantando aqueles que se interessam pela cultura egípcia. A partir de sua decifração por Champollion o reconhecimento desta escrita não somente permitiu o desenvolvimento da egptologia, mas também assegurou sua adoção nos livros didáticos, no que concerne ao Egito Antigo. Assim, propusemos uma pesquisa, cujos objetivos principais são o reconhecimento e a avaliação do modo pelo qual as informações ligadas à escrita do Egito faraônico são transmitidas aos alunos de onze a dezessete anos, por meio destas obras. Para atingir estes objetivos, vinte e dois livros foram analisados: seis nacionais e dezesseis estrangeiros, que foram traduzidos para o português. Entre eles, há uma publicação nacional que pode ser considerada literatura infanto-juvenil. Os resultados obtidos foram colocados em uma tabela e separados em categorias, de acordo com o assunto analisado. Este trabalho tem como objetivo retratar a forma com a qual Monteiro Lobato, em específico na obra O Minotauro, utiliza para apresentar as aventuras dos personagens do Sítio do Picapau Amarelo na Grécia Antiga, assim como também a forma que o autor utiliza para se apropriar de narrativas helênicas a fim de constituir a formação das crianças. Também como ele "no cenário rural do Sítio do Picapau Amarelo, constrói uma realidade ficcional coincidente com a do jovem leitor [...] e cria uma mitologia autônoma [...]". (Ferreira, 2009, p. 427) para transpor o mundo do Sítio à realidade dos que acompanhavam sua saga. Iremos ressaltar também a formação dos leitores em relação à literatura lobatiana, visando tanto os momentos em que o autor apresenta a cultura Grega, quanto os que ele utiliza das indagações dos personagens para sanar as dúvidas dos leitores.	Ensino de história, história antiga, formação de professores.	2012	Revista NUPEM
Liliane Cristina Coelho	Doutora em História, professora tutora na UNIANDEADE	Hieróglifos e Aulas de História: Uma Análise da Escrita Egípcia Antiga em Livros Paradidáticos	Egito Antigo: Escrita Hieroglífica: Livros Paradidáticos.	2012	Revista Mundo Antigo	
Edson Arantes Junior	Doutor, professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás	Aventuras na hélede: uma releitura da obra "O minotauro", em Monteiro Lobato	Formação de Leitores: Monteiro Lobato e Mitologia Grega	2014	XXVIII Simpósio Nacional de História - Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios	

Lisiana Lawson Terra da Silva, Jussennar Weiss Gonçalves	Universidade Federal de Rio Grande-FURG. Doutoranda em Educação Ambiental - FURG. Professor Doutor do Curso de História e Líder do Grupo de Pesquisa Cultura e Política no Mundo Antigo.	O ensino de história antiga: algumas reflexões	Nosso trabalho trata de uma análise das tendências do Ensino de História Antiga no Brasil, tanto no âmbito acadêmico quanto no âmbito escolar. Buscando, na bibliografia existente, mostrar como professores-pesquisadores de história entendem a Educação Histórica Com uma fundamentação científica própria e, particularmente no caso da História Antiga, promotora de um aprendizado histórico que evite anacronismos e simplificações e estimule a abordagem crítica dos conteúdos	Ensino de História Antiga, Ensino escolar, Educação histórica	2015	XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos Historiadores
Marcia Severina Vasques	Doutora, Professora Associado 3 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	A pesquisa e o ensino de História Antiga: fontes e internet	Pesquisa Histórica e ensino de história antiga com tecnologia	Pesquisa Histórica, Ensino de História Antiga, Tecnologia	2015	Livro: Fontes históricas. Natal: EDUFRRN
Luis Ernesto Barnabé	Doutor em História, professor adjunto da Universidade Estadual do Norte do Paraná	História Antiga e Livros didáticos no século XXI: inovações e permanências	A presente pesquisa teve por objetivo analisar livros didáticos para Ensino Fundamental – Séries Finais – produzidos a partir do ano 2000 com o intuito de perceber a maneira como a História Antiga foi abordada, levando-se em conta que tais obras visavam estar em acordo com o PNLD (Plano Nacional do Livro Didático). Foi possível perceber um grande esforço nesse sentido das obras, que apresentavam inovações de abordagem e atualização bibliográfica, embora em alguns casos ainda se encontrasse a abordagem tradicional de narrativa política e heróis e/ou anacronismos ou informações superadas pelo debate historiográfico. Contudo, mais do que uma análise propriamente dita dos aspectos formais ou didáticos dos livros em questão, se esperava traçar um diagnóstico da apropriação de valores atribuídos à Antiguidade presentes na sociedade brasileira, uma vez que – ao considerarmos os livros didáticos como artefatos culturais que apresentavam uma dinâmica própria de produção e circulação – ocorrem processos interativos entre autores, editoras, público leitor e Estado.	Livro Didático: Ensino de História Antiga, usos do passado	2014	Atênéia: Revista de estudos sobre Antiguidade e Medievo

Autores	Titulação	Título	Resumo	Palavras-Chave	Ano	Publicação
Gabriela Schmitt	Graduada de História Licenciatura e Bacharel na Universidade Federal de Santa Maria	Narrativas da antiguidade oriental mesopotâmica	A atividade a ser realizada na Escola Estadual de 1º Grau Professora Edna May Cardoso, com discentes do sexto ano do ensino fundamental dissertará sobre a Mesopotâmia e suas principais experiências, bem como seu legado para a contemporaneidade através de narrativas documentais, como a epopéia de Gilgamesh. A presença do conteúdo Antiguidade Oriental e o conhecimento da vida Mesopotâmica aliam como base para a construção da compreensão sobre como surgem os aspectos fundamentais da sociedade. A produção historiográfica nos permite ter uma visão aguçada sobre como se organizava a vida dos povos localizados no Crescente Fértil, encontram-se perspectivas sobre sua sociedade, economia e intelectualidade, trazendo novos elementos e problematizações. Os períodos e lugares ressaltados propõem um panorama diversificado acerca das percepções e possibilidades de interpretação do modus vivendi do homem naquele contexto, bem representado através de narrativas provenientes da época. A proposta se realizará através de intervenções literárias e interpretativas, que buscarão contemplar a temática dentro do ensino em história	Palavras-chave: Antiguidade Oriental; Mesopotâmia; Ensino de história.	2015	Revista do LHISTE
Jéssica Fernanda Arend¹, Cailson Eduardo Santos Pacheco², André Luis Ramos Soares³	Mestre em História. Graduando de História. Professor Assc de História na Universidade Federal de Santa Maria	Memória e a antiguidade imaginada: representações do mundo antigo e o ensino de história	Através da necessidade cada vez mais iminente de abarcar o conteúdo de História da África nas escolas, este artigo trata da construção de uma maquete que representa um momento hipotético do cotidiano do Antigo Egito e de uma atividade realizada através desta maquete. “A questão das bonecas negras e o padrão de beleza ao longo História”, cabe ressaltar que a maquete e a atividade foram realizadas em momentos diferentes pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência – PIBID, curso de História da Universidade Federal de Santa Maria, numa tentativa de atender a Lei 10.639/03 e abordar o tema sobre História da África de forma transversal, refletindo juntamente com os alunos sobre a construção histórica e social do padrão de beleza ao longo da História, questionando a ocidentalização do Antigo Egito e também a quase rara existência de bonecas negras no formato barbierno mercado.	Egito Antigo, Gênero, História da África, Lei 10.639/03, Maquete.	2015	Revista do LHISTE
Gilvan Ventura da Silva; Érica Cristhyane Morais da Silva	Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), Professor de História Antiga da Universidade Federal	O cinema como recurso para o ensino da história antiga:monacato e ascetismo em simón	No presente artigo, temos por finalidade refletir sobre a maneira pela qual o filme de Bunuel acerca do Simeão Estilista (c. 390-459), um dos mais notáveis representantes do monacato sírio, pode nos trazer informações, não apenas a respeito das correntes religiosas próprias da Antiguidade Tardia, mas também do contexto histórico do diretor, o que constitui um exercício de interpretação capaz de elucidar, Reunir, sistematizar e analisar diversos aspectos e atividades relacionados com a área de História Antiga no Brasil é um desafio muito complexo, que seria possível de ser realizado apenas a partir de uma força tarefa empreendida por vários especialistas deste campo específico do saber ao longode algumas gerações. Ciente disto, o objetivo do primeiro artigo foi apenas apresentar uma análise a partir de alguns dados fornecidos pela Plataforma Lattes, o que tornou possível algumas reflexões sobre a área, certamente bastante específicas e delimitadas	História Antiga; Ensino de História; Cinema; Monacato; Luis Bunuel	2015	Revista Heláde
Dominique Santos	Doutor e professor na FURB – Universidade de BlumenauBlumenau/Sa nta CatarinaBrasil	Novas considerações sobre ensino e pesquisa de história antiga no brasil			2017	Revista Mare Nostrum

Carolina Kesser Barcellos Dias; Dayanne Dockhorn Seger, Milena Rosa Araújo Ogawa	Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo(MAE-USP). Bacharel em Antropologia Social e Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	Projeto Pipoca Clássica: o uso do cinema como ferramenta para discussão e ensino da Antiguidade Clássica	A comunicação entre pesquisadores e público geral é tema de debate crescente em diversas áreas, visando cobrir o grande vazio existente entre o que produzimos para "nossos pares" e o restante do público. Nesse enfrentamento, surge a necessidade de explicar o porquê de estudar sociedades tão cronologicamente distantes de nós, (re)significando-as com questões que podem ser problematizadas no presente. Entendemos que as produções cinematográficas podem servir como veículo didático-pedagógico, pois proporcionam a tridimensionalização de um período histórico temporal que por muitas vezes é trabalhado em sala de aula de forma pouco abrangente. Nessa perspectiva, este artigo visa apresentar e discutir experiências no âmbito do projeto de extensão Pipoca Clássica, que buscou um diálogo multidisciplinar e extramuros mediante exibição e posterior discussão de filmes inspirados em temas da antiguidade para o público infanto-juvenil.	ensino de História: cinema: História Antiga.	2017	Revista História Hoje
Claudia Regina Bovo Alex Degan	Doutora em História. Professora de História Medieval no Departamento de História, Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), e do Mestrado Profissional em História Ibérica, Universidade Federal de Atenas (Unifai). Uberaba, MG. Doutor em História Social. Professor no Departamento de História, Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir). Uberaba, MG	As temporalidades recuadas e sua contribuição para a aprendizagem histórica: o espaço como fonte para a história antiga e medieval	A necessidade de discutir quais são os conhecimentos históricos necessários e apropriados para as gerações que hoje frequentam as escolas têm norteado o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas em torno da relação entre a formação da consciência histórica, a construção da competência narrativa em história e a aprendizagem histórica. Com base na reflexão sobre os exercícios de periodização em história, pretendemos delimitar as particularidades que tomam os campos da História Antiga e da História Medieval indispensáveis para a aprendizagem histórica na Educação Básica Brasileira. Mas como o trato com temporalidades tão recuadas pode nos ajudar a aprimorar a aprendizagem da história? A resposta a essa questão não é simples. Ela demanda reflexão sobre as formas de definir e usar as fontes nesses campos de investigação.	ensino: História Antiga: História Medieval.	2017	Revista História Hoje
Fábio Augusto Morales	Professor de História Antiga e Arqueologia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.	Por uma didática da história antiga no ensino superior	Este artigo visa discutir as implicações ético-políticas e teórico-práticas do ensino de História Antiga em universidades brasileiras atualmente. A discussão está dividida de acordo com cinco variáveis que afetam a elaboração da disciplina: seu lugar nas estruturas de cursos de graduação, seus objetivos, seus objetos, seus métodos e os repertórios de professores e alunos. Argumenta-se que a História Antiga é um lugar estratégico para a reflexão sobre os fundamentos científicos da História, bem como para a crítica de velhas e a proposição de novas narrativas históricas.	Ensino de História Antiga: Ensino Superior: História Global.	2017	Revista Mare Nostrium

Guilherme Moerbeck; Luciana Velloso	Doutor em História e Professor Adjunto em História da Arte na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Uma longa jornada da cidade antiga à contemporânea: escola, memória e cotidiano	Este artigo pretende discutir a relevância do espaço das cidades na construção do conhecimento histórico acerca das sociedades antigas e contemporâneas, especialmente em relação ao Ensino da História nas escolas de Ensino Fundamental. Partindo da antiga cidade grega para a vida contemporânea em uma escola pública da cidade de Duque de Caxias, pretende-se entender como os alunos constroem sua própria consciência histórica e lidaram com essas discussões transculturais, considerando as histórias das famílias locais, as memórias, bem como as narrativas que os alunos fizeram durante essas experiências didáticas	cidades; consciência histórica; memória; Ensino de História	2017	Travessos: revista de História
Priscilla Gonijo Leite	Professora Adjunta de Pré-História e História Antiga da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Mundo Antigo pela Universidade de Coimbra	Ensino de história, reformas do ensino e percepções da antiguidade: apontamentos a partir da atual conjuntura brasileira	O artigo tem como principal objetivo refletir sobre o ensino da História Antiga, bem como sobre a divulgação e a percepção desse conhecimento na sociedade brasileira, principalmente na esfera política. Para tanto, nosso ponto de partida será a conjuntura brasileira que perpassa por um modelo de reforma no ensino que irá impactar diretamente o ensino a respeito da Antiguidade na Educação Básica. Iremos demonstrar a importância do ensino de História Antiga no processo educativo e suas potencialidades para o exercício de uma educação que priorize os valores ligados a autonomia do sujeito e a cidadania	Ensino: História Antiga; BNCC; Reforma do Ensino Médio; Política	2018	Revista Mare Nostum
Guilherme Moerbeck	Doutor em História e Professor Adjunto em História da Arte na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	História antiga no ensino fundamental: um estudo sobre os mitos gregos antigos e a consciência histórica	As narrativas míticas, entendidas aqui como um conjunto de discursos que emprestavam inteligibilidade, coerência e muitas vezes coesão às culturas antigas, estão absolutamente presentes nos currículos do 6º ano do ensino fundamental. O presente trabalho tem como principal intuito unir a noção de consciência histórica e as narrativas míticas em uma pesquisa empírica com os alunos do 6º ano do ensino público do município de Duque de Caxias (RJ). Dessa maneira, este paper vislumbra apresentar um conjunto de resultados de uma experiência pedagógica, ao criar um universo de alteridades, mas também de possibilidades de identificação e novas leituras de mundo por parte dos alunos ao entrarem em contato com sociedades pretéritas.	História Antiga; ensino de história; consciência histórica	2018	Revista História hoje
Beatriz Moreira da	Doutoranda em História	A cultura material da	O presente artigo tem como objetivo apresentar o processo de elaboração de quatro tipos de materiais educativos desenvolvidos no projeto "Cultura Material da Antiguidade e os desafios da Educação Patrimonial". O projeto, assim como os materiais, possui o intuito de efetivar um "local de encontro" entre conceitos e práticas, tais como Cultura Material, Educação Patrimonial e o Ensino de História Antiga. Através do desenvolvimento e aplicação dos produtos finais, comprovamos que a História Antiga é passível de ser ensinada de forma significativa aos estudantes e permite conceder a distância espaço-temporal como diferença, mas também como semelhança.	Ensino de História. História Antiga. Educação Patrimonial	2018	EBR - Educação Básica Revista,
Beatriz Moreira da Costa	Mestranda em História Antiga pela Universidade Federal Fluminense.	A cultura material da antiguidade como potencialidade para ensino de história antiga na educação básica	O presente artigo tem por objetivo discutir as leituras produzidas por professores acerca do Mundo Antigo e da Antiguidade imaginada nas aulas de História, bem como as relações estabelecidas entre as diferentes leituras da Antiguidade, as disputas políticas e as construções identitárias que buscam legitimidade no Mundo Antigo. Buscamos compreender, também, como ocorre a recepção e tratamento da Antiguidade pelos professores de História aos alunos, a fim de identificar a imagem apresentada no ensino de História. Para tanto, utilizaremos depoimentos de quatro professores de História, colhidos por meio da História oral, iniciando o máximo possível a memória espontânea.	História; Antiguidade; Memória; Representações; História Oral.	2019	Revista Vox
Hariadne da Penha Soares Bocayuva	Doutoranda e Mestre (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo.	Memória e a antiguidade imaginada: representações do mundo antigo e o ensino de história				

José Petrócio de Farias Junior	Doutor. Professor Adjunto do Colegiado de História na Universidade Federal do Piauí (Campus de Picos)	As periodizações da história geral e da história antiga nos manuais de ensino de história no Brasil: limitações e proposições	A periodização é um recurso didático do qual a maioria dos docentes, em diferentes níveis de ensino, faz uso. Indagar a configuração da periodização histórica equivale, a nosso ver, a questionar a maneira pela qual significamos o passado; prática que nos permite, por extensão, lançar novos olhares às grandes narrativas que compõem a chamada "História Geral". Diante disso, objetivamos, neste artigo, analisar as implicações ideológicas por trás da divisão quadripartite da História Geral, no interior da qual se situa a História Antiga, e apresentar propostas de periodização que valorizem os processos de interação transcultural.	Periodização. História Geral. História Antiga.	2019	Outros Tempos
Adriene Baron Tacla	Doutora em Arqueologia pela Universidade de Oxford NEREDA – PPGH – UFF Niterói, RJ, Brasil	Pesquisa e ensino de história antiga: para quê? Diferentes visões da antiguidade	Qual é o lugar da pesquisa e do ensino de História antiga no Brasil? Para onde estamos indo? Que perspectivas temos e que novos caminhos temos traçado? Este artigo derivados debates recentes sobre o ensino e a pesquisa da História Antiga no Brasil, particularmente das contendas sobre a BNCC, bem como os atuais ataques contra a Ciência e a Educação Brasileiras. Aqui, pretendo discutir a lacuna que se evidencia entre a pesquisa acadêmica e tais atitudes com relação ao trabalho de	Política. Ensino de História Antiga. Pesquisa Científica	2019	Revista Outros Tempos
Dominique Santos	Doutorado/FURB – Universidade de Blumenau Blumenau Santa Catarina/Brasil	O ensino de história antiga no Brasil e o debate da bncc	A primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), anunciada em setembro de 2015 e publicada em 2016, objetivava padronizar o ensino no Brasil, apontando temas que deveriam corresponder a 60% da carga horária do Ensino Fundamental e Médio. Na área de História, as interpretações apresentadas geraram grande polêmica, uma vez que duas categorias importantes para o trabalho do historiador, tempo e espaço, foram suficientemente abordadas. O texto inicial da BNCC praticamente excluiu, dentre outras áreas, a História Antiga do currículo sugerido, provocando respostas imediatas. No âmbito de tal debate, professores (as) de História Antiga manifestaram-se, sobretudo a partir de artigos científicos, redes sociais e mídia, respondendo, de certa maneira, a pergunta: História Antiga para quê? Este artigo analisa tais intervenções de modo a tentar compreender quais justificativas foram apresentadas naquela ocasião para a permanência de História Antiga em um currículo nacional.	História Antiga. Currículo. BNCC	2019	Revista Outros Tempos
José Maria Gomes de Souza Neto	Pós-Doutor/UFPE Recife/PE/Brasil	O ensino de história e o infinito banco de imagens: êxodo, deuses e reis (2014)	Há muito o cinema vem impactando a compreensão histórica, especialmente entre os mais jovens, uma realidade que só faz se intensificar na última década, com o recurso quase infinito à internet, a ampla circulação de arquivos torrent e a proliferação de páginas de streaming. Esta Realidade oferece um banco de idéias sobre a Antiguidade que precisa ser pensado, e neste artigo oferecemos uma proposta metodológica a partir da análise do filme Êxodo: deuses e reis (2014).	Antiguidade. Cinema. Ensino de História	2019	Revista Outros Tempos
Matheus Vargas de Souza	Mestre em História Social pelo PPGH–UNIRIO	O ensino de história antiga em debate: educação com pluralidade ou tradicionalismo acadêmico?	Este trabalho tem por objetivo problematizar o debate acerca do ensino de História Antiga na Educação Básica, seja nas tentativas de reduzi-lo, seja em sua defesa, na medida em que se faz necessária uma busca por um denominador comum entre a democratização do conhecimento e a dimensão ideológica que um conteúdo contém. O objetivo central é o de permitir ao aluno uma melhor compreensão do mundo, a partir de uma educação com pluralidade de conhecimentos, mas evitando a noção de conteúdos "universalmente indispensáveis" em detrimento de uma análise verdadeiramente profunda sobre os usos feitos do passado e, no caso do ensino de História, os usos feitos do passado no próprio passado	Ensino de história. História Antiga. BNCC	2019	História & Ensino, Londrina
André bueno, Carlos Campos, Arian Borges	Doutor. Prof. Adj. UERJ	Ensino de história antiga	Livro	Ensino de História: História Antiga. História clássica	2020	livro editora sobre outros
José Petrócio de Farias Junior	Doutor. Prof. Universidade Federal do Piauí	História antiga: trajetórias, abordagens e	livro		2020	Livro editora navegando

Carlos Eduardo da Costa Campos, Luis Filipe Bantim Assumpção	Professor Adjunto da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Doutor pelo Programa de Pós Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro.	O livro didático e o ensino de história antiga – desafios no presente e problemas do passado	gundo Arnaldo Szlachta Junior (2019), os livros didáticos integram a vida escolar em aproximadamente dois séculos. Há uma longa tradição de uso que possibilitou uma familiaridade com esse recurso pedagógico, devido ao espaço que ele detém na sociedade, sendo fácil diferenciar sua estrutura dos demais gêneros literários. Nesse texto, o nosso objetivo é analisar três livros didáticos utilizados na rede de ensino particular do Rio de Janeiro, em turmas do Ensino Médio. Para tanto, iremos tecer considerações sobre o papel do livro didático no Ensino de História, a sua abordagem sobre Antiguidade e, por fim, apresentaremos o método que utilizamos para analisar as informações dos livros didáticos.	Ensino de História: Antiguidade: Livro didático.	2020	Revista de História Social e Prática de Ensino
Alexandre Galvão Carvalho	Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor Pleno do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).	Diálogos entre a história antiga e o ensino de história	O diálogo entre a História Antiga e o ensino de História tem se mostrado profícuo nos últimos anos. Reflexões em torno da alteridade, multiculturalismo, eurocentrismo e da relação entre Ocidente e Oriente têm crescido nos debates acerca do ensino da História Antiga. Repensar sobre as formas e modelos da História Antiga e o ensino de História com o objetivo de aproximar a disciplina História Antiga de nossa realidade e superar preconceitos é o principal objetivo deste artigo. Articulando artigos atuais sobre o Colonialismo, inclusive, o epistemológico, e o Orientalismo com as propostas curriculares para o ensino de História, procurar-se-á mostrar como a disciplina História Antiga se insere na construção e fortalecimento da cidadania.	História Antiga: Ensino de História: Parâmetros Curriculares Nacionais.	2020	Revista de História Social e Prática de Ensino
Márcia Cristina Lacerda Ribeiro	Doutora em História, Professora de História Antiga na graduação em História e da pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.	A história antiga grega na contemporaneidade: o abismo entre a pesquisa e o livro didático			2020	Livro Falas na Rede: Ensino e Pesquisa em História e Educação.
Priscilla Gonijo Leite	Professora Adjunta de Pré-História e História Antiga da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Doutora em Mundo Antigo pela Universidade de Coimbra	Ensino de história antiga a partir de fontes textuais: a experiência do projeto vocabulário político da antiguidade	O Projeto de Ensino Vocabulário Político da Antiguidade: Reflexões para o Exercício da Cidadania surgiu em 2016 na UFPB. Seu principal objetivo é a criação de materiais didáticos que estimulem o ensino de História Antiga numa perspectiva interdisciplinar e a partir das fontes textuais que abordam as formas de governo. Com isso, nossa expectativa é que o discente tenha contato direto com a fonte antiga e, assim, possa refletir sobre temas imprescindíveis para a vida política atual, como a participação popular na democracia. Nesse artigo, iremos apresentar alguns resultados de nossas experiências realizadas nos anos de 2019 e 2020, buscando demonstrar a importância do ensino de História Antiga para os jovens brasileiros.	ensino de História: Grécia antiga: uso de fontes na sala de aula.	2021	Revista Brathair
Fábio Alexandre da Silva	Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas	Representações do Egito antigo na coleção sérgio buarque de hollanda: um estudo de história da civilização	Buscando compreender o modo como a historiografia tem representado o Egito Antigo em livros didáticos, este artigo objetiva explicitar, a partir do estudo da produção didática de Sérgio Buarque de Holanda, como o autor narra e representar imageticamente a civilização egípcia em História da Civilização. Para tanto, retomase a formação histórica do Egito e traça-se um painel teórico sobre as representações imagéticas em manuais escolares, seguida da análise da iconografia egípcia no livro-fonte selecionado. Assim, constata-se que embora a iconografia estudada representa aspectos cotidianos da sociedade egípcia, seu emprego explicita uma desvinculação com o seu próprio caráter pedagógico, já que as imagens são utilizadas, em geral, de forma decorativa.	: Livros didáticos: Sérgio Buarque de Holanda; iconografia egípcia	2021	Revista de História e Ensino - História Hoje

Marcio Felipe Almeida da Silva	Doutor, professor do Colégio de Aplicação Castelo Branco	A sorte está lançada: um breve ensaio sobre as legiões romanas e sua reconstrução na educação básica	O presente artigo tem como objetivo principal a apresentação de um projeto lúdico, realizado no ano de 2019, sobre as formações de batalha utilizadas pelos exércitos romanos. A Tarefa que será apresentada neste texto foi desenvolvida com alunos do 6º ano de uma escola privada na Baixada Fluminense. Utilizando recursos próprios, os alunos construíram escudos semelhantes aqueles que imaginamos que os romanos teriam utilizado e, através da condução do professor, realizaram uma simulação da estratégia militar conhecida como "formação tartaruga". Além de apresentar a tarefa realizada com os alunos da Educação Básica, buscaremos, neste trabalho, discutir sobre alguns aspectos importantes para justificar o sucesso militar da legião romana durante a Antiguidade.	Antiguidade; Educação; Roma Antiga.	2021	Revista Brathair
Luís Felipe Barinim Assumpção	Doutor	Ensino de história, quadinhos e a mobilização social – um estudo de caso da hq democracia	O presente artigo analisa as possibilidades de utilizarmos a HQ Democracia em sala de aula. Discutimos a importância de empregarmos linguagens alternativas junto aos estudantes, com o intuito de se fomentar o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o conceito de lugar social se mostrou relevante, uma vez que exprime as variáveis inerentes ao contexto histórico dos autores desta HQ, chegando a explicitar as suas possíveis intencionalidades com essa obra.	Histórias em Quadinhos; Ensino de História; Democracia.	2021	Revista Brathair
Silvana Fernandes Mariz	Doutora em Educação, Professora Adjunta no Curso de Licenciatura em História História na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab)	Por um currículo afro referenciado de história antiga e medieval	O presente artigo aborda a inclusão de temáticas da história e da cultura africana nos conteúdos programáticos das componentes curriculares de História Antiga e História Medieval no Brasil. Utiliza-se, como principal referência empírica, a experiência desenvolvida no curso de Licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), no Ceará, a partir da construção e adoção de um currículo afro referenciado, cujo arco temático de seu conteúdo programático encontra-se ampliado em atendimento à lei 10.639/03 e legislação correlata)	Ensino de História – História Antiga e Medieval – África.	2021	Revista Brathair
Letícia Schneider Ferreira	Doutora em História, Professora do IFRS - Campus Bento Gonçalves	O debate sobre o feminino por meio da personagem helena de tróia: propostas para o espaço escolar	A abordagem dos conteúdos de História Antiga ainda geram diferentes posicionamentos por parte dos docentes: para alguns é uma temática tratada a título de curiosidade ou se erudição, enquanto para outros desnecessária e há os que pleiteiam sua remoção da grade curricular. O presente estudo tem por finalidade demonstrar que a História Antiga pode ser um veículo de promoção do debate sobre temas pertinentes na atualidade, como questões do feminino e a opressão de gênero. Assim, este artigo propõe a reflexão sobre o feminismo e a emancipação das mulheres por meio da reflexão de personagens como Helena De Tróia, rainha espartana conhecida por sua beleza e que carregava uma série de estereótipos ainda hoje associado às mulheres. Assim, a análise desta personagem permite vislumbrar o caráter histórico dos discursos sobre o feminino e os tensionamentos e rupturas provocadas pelas mulheres que encontravam lacunas para atuarem em espaços que não lhes eram reservados. A abordagem da História Antiga pode, deste modo, possibilitar o exercício da crítica e o incentivo à autoestima, a partir da concepção de que elementos como a beleza, não passam de construções históricas e culturais.	Ensino de História Antiga; Helena de Tróia; Feminismo.	2021	Revista Brathair

Revista	Edição	Total de artigos	Nº de artigos referentes a E.H.A
Revista História e Hoje - Revista de História e Ensino	V. 10, N.20 (2021)	Artigos 12	1
Revista do LHIESTE	v.2, n.3 (2015)	artigos 61	2

Revista	Edição	Total de artigos	Nº de artigos referentes a E. H.A
Revista Alétheia	v. 1. n. 2(2010)	18 artigos	1
Revista Alétheia	v. 2. n. 2 (2014)	13 artigo	1
Hélade	v. 1. n.1 (2015)	Dossiê 6, Temas Livres 2	1
Hélade	v.3. n. 3 (2017)	artigos temas livres 8	1
Mare Nostrum	v. 8 n. 8 (2017)	4 artigos, 9 laboratórios e 2 resenhas	3
Hélade	v1. n. 1 (2018)	Dossie 11, resenha 1	1
Heródoto	v. 3 n. 2 (2018)	Dossiê, 5, artigos 4, tradução 2	1
Brathair - Revista de Estudos Celtas e Germânicos	v. 1 n. 21 (2021)	Dossiê 11, artigos 4, tradução 1	7
Revista Mundo Antigo	v. 1. n. 1 (2012)	Artigos, 10, entrevista 1; resenha 2	1